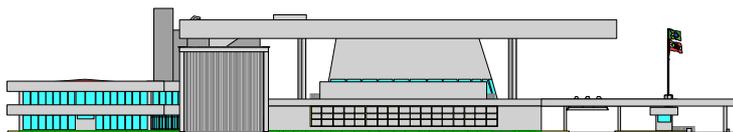


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 03 DE DEZEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.120

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2120
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 029ª Sessão Especial da
16ª realizada em 24/11/2009 2
Ata da 111ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 1º/12/2009..... 7

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes 21
Extratos 22
Ofício 22
Portarias 23
Projetos de Lei 23
Resolução 24

PLENÁRIO

ATA DA 029ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

HOMENAGEM AO PROFESSOR ALCIDES ABREU
E LANÇAMENTO DO LIVRO *ALCIDES ABREU: O
CONSTRUTOR DO FUTURO*
PROPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA
SUMÁRIO

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Destaca
a inteligência e a postura de Alcides Abreu, um
homem de visão global e de futuro, que deu brilho
à administração de muitos governadores.

DESEMBARGADOR VOLNEI IVO CARLIN - Fala
de sua relação com o professor Alcides Abreu,
personalidade instigante, espírito inquieto,
generoso, intransigente com suas premissas e
um lutador por seus ideais.

JORNALISTA MOACIR PEREIRA - Tece
comentários sobre o livro *Alcides Abreu: o
Construtor do Futuro*, que conta um pouco da
atividade acadêmica, cultural e política de
homenageado.

PROFESSOR ALCIDES ABREU - Agradece as
homenagens, relembra passagens de sua
história relacionadas ao contexto mundial e
afirma que sua premissa é que a vida
econômica e política não anula a vida
socialmente responsável.

GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA -
Ressalta o empreendedorismo do
homenageado e lembra suas criações e ações
inovadoras.

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Comenta que
Alcides Abreu foi o correntista n. 1 do Besc e era
exaltado pelos servidores; afirma que SC deve
muito ao seu espírito visionário e ao seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado
Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus,
declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Professor
Grando e Giancarlo Tomelin para conduzirem à
mesa as autoridades que serão nominadas
para compô-la.

Excelentíssimo senhor governador do
estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da
Silveira;

Excelentíssimo senhor desembargador
José Eduardo Souza Varella, presidente do
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor conselheiro
José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de
Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor desem-
bargador Volnei Ivo Carlin, autor do livro
Alcides Abreu: o Construtor do Futuro;

Excelentíssimo senhor Casildo
Maldaner, ex-governador do estado de Santa
Catarina;

Excelentíssimo senhor Moacir
Pereira, jornalista, co-autor do livro *Alcides
Abreu: o Construtor do Futuro*;

Excelentíssimo senhor deputado
Lício Mauro da Silveira;

Excelentíssimas autoridades,
senhoras e senhores, a presente sessão foi
convocada por solicitação da Mesa Diretora,
com a aprovação dos demais
parlamentares, em homenagem ao
professor Alcides Abreu e para o lança-
mento do livro *Alcides Abreu: o Construtor
do Futuro*, de autoria do desembargador
Volnei Ivo Carlin e do jornalista Moacir
Pereira.

Neste momento convido todos para,
de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.
(Procede-se à execução do hino.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Lício Mauro
da Silveira para fazer uso da palavra, em nome
das bancadas com assento neste Poder.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA
SILVEIRA - Excelentíssimo senhor deputado
Jorginho Mello, presidente da Assembleia
Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor governador de
Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor desem-
bargador José Eduardo Souza Varella,
presidente do Tribunal de Justiça do
Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor desembargador Volnei Ivo Carlin, autor do livro *Alcides Abreu: o Construtor do Futuro*;

Excelentíssimo senhor Casildo Maldaner, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Moacir Pereira, jornalista, co-autor do livro *Alcides Abreu: o Construtor do Futuro*;

Professor Alcides, gostaria, em nome do Parlamento, em nome dos deputados que aqui estão, de dizer-lhe algumas palavras. Mas antes quero homenagear todas as senhoras e todos os senhores em nome de duas pessoas a quem admiro muito, de duas pessoas que fizeram com que a minha vida tivesse um sentido diferente. Refiro-me ao ex-deputado Nelson Pedrini, um dos grandes baluartes desta Assembleia Legislativa, grande orador; e ao meu amigo, a quem também admiro muito, Fernando Marcondes de Matos, que reconheço, com muito orgulho, como um grande altruísta, como uma pessoa que quando ocupou um cargo no governo do estado fez muitas obras andarem em Santa Catarina.

Senhoras, senhores, professor Alcides Abreu, quando pedi para a minha assessoria para falar sobre o senhor, porque o presidente me incumbiu dessa missão, todos ficaram tão entusiasmados que escreveram 16 páginas. Como não sou muito paciente, disse: "Deixem-me ir lá falar, dar a minha mensagem, expressando aquilo que sinto no meu coração e aquilo que sentem os nossos deputados Giancarlo Tomelin e Professor Grandó.

(Passa a ler.)

"Para começar, Alcides Abreu, a desfiar as contas do rosário da vida de um catarinense com o currículo da grandeza de um indispensável livro de cabeceira, não posso omitir, de maneira nenhuma, o berço natal desse homem: Bom Retiro, sua terra natal.

Alcides Abreu é um legítimo barrigaverde, nascido ao pé da serra, na estação em que as noites são frias e o amanhecer mostra as gotículas de orvalho brilhando no despontar do sol sobre os picos da serra. E essa beleza sem par despertou em nosso homem da terra o primeiro grande questionamento: se penso, então existo. Surge, então, o Alcides filósofo. Filosofando pela beleza do homem que trabalha a terra, mas também o homem que sofre no trabalho com a terra e pela terra. Trabalhar e não ter direito, onde está a Justiça? No direito, brota da terra o Alcides advogado, incansável lutador pelas causas da sociedade.

Não conformado com toda a conformação existente, sente que há algo a explicar e que a vã filosofia e o direito, mesmo acompanhados, não conseguem solucionar o que o povo busca e o que merece. Há estatísticas que explicam, mas não convencem. São números e projeções que merecem mais atenção. Surge dos questionamentos da população o Alcides economista. Se já era brilhante, agora escuta, discute e torna-se homem de ação. Com uma visão global e de futuro, insere-se no local onde pode ajudar a sua gente: na política, onde foi o baluarte que todos conhecem. Conferiu substância e brilho às gestões de vários governadores. Os planos e as estratégias tinham o alcance que poucos viam e ainda hoje poucos vêem.

Mas a história nos coloca diante dos olhos algo mais. Foi a inteligência de Alcides Abreu que propiciou a Santa Catarina duas obras de alcance fundamental. A primeira foi criação do nosso Banco do Estado de Santa Catarina - o Besc. A outra, também das obras melhores e que está dentro deste coração, é a

fundação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Udesc -, que surgiu da sua genialidade. Uma obra na área econômica e outra na área mais importante para o desenvolvimento de qualquer nação: a educação.

Só essas duas obras eram suficientes para colocá-lo na história. No entanto, Alcides Abreu sempre foi um homem dinâmico e habituado aos desafios. O tempo é para ele um *relax*. Quando antevia que algo podia ser mais bem trabalhado, partia para uma nova empreitada. E assim foi, professor. O ensino era imprescindível às suas causas. Foi através dele que se materializaram muitos dos seus planos. Não contente com as possíveis divulgações e para ser coerente com o que fazia e dizia, ele ainda escrevia. Muito fez e faz, abrangendo economia, desenvolvimento, política e educação.

Veremos que aquele nosso homem continua fiel aos seus propósitos, educar o povo para que saiba dos seus direitos e das suas obrigações, evoluir e vencer pelo seu trabalho, sua dedicação, mas tendo a seu lado políticas públicas emanadas dos governos. Por isso, é preciso ensinar para que os jovens que ascendam ao poder possam continuar e melhorar as políticas de desenvolvimento socioeconômico de nosso estado e, logicamente, do nosso país.

Alcides vê o futuro! Conversamos diversas vezes e fiquei até numa situação extremamente delicada, porque não o compreendia. Posteriormente, pensando melhor, passei a compreendê-lo porque olha para o futuro sempre como um tempo promissor.

Tanto é verdade que hoje será lançado nesta Casa Legislativa um livro que deve ser a síntese de seu pensamento sobre o mundo: *Alcides Abreu: o Construtor do Futuro*, de autoria de duas pessoas que fazem parte da nossa sociedade, do nosso mundo político, que são o jornalista Moacir Pereira e o desembargador Volnei Carlin.

Alcides Abreu, muito se poderia falar sobre a sua vida, mas muitos já o fizeram e muitos o farão. A sua história não se esgota nesta cerimônia de homenagem ao homem público, ao dr. Alcides Abreu.

Por isso, com toda humildade de um grande admirador do homem e da carreira desse homem, parabeno-o pela merecida homenagem, pelo lançamento do livro. Aceite, então, deste deputado, do deputado Giancarlo Tomelin, do deputado Professor Grandó e do nosso presidente, deputado Jorginho Mello, as nossas sinceras palavras como homenagem à sua carreira brilhante, à sua vida pública, política e acadêmica irretocáveis. Alcides Abreu, a noite é sua!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Senhoras e senhores, esta Presidência quer registrar a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Colombo Machado Salles, ex-governador;

Excelentíssimo senhor Nelson Pedrini, ex-presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Juarez Furtado, ex-presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Querido Professor Alcides Abreu, nosso homenageado;

Excelentíssimo senhor Sérgio Lima, procurador-geral do estado;

Excelentíssimo senhor deputado Professor Grandó;

Excelentíssimo senhor deputado Giancarlo Tomelin;

Excelentíssimo senhor desembargador Nelson Juliano Schaeffer Martins;

Excelentíssima senhora desembargadora Maria do Rocio Santa Rita;

Excelentíssimo senhor desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi;

Excelentíssimo senhor desembargador José Trindade dos Santos;

Excelentíssimo senhor desembargador Jaime Ramos;

Excelentíssimo senhor desembargador Pedro Manoel Abreu;

Excelentíssimo senhor juiz de direito da capital, Cláudio Eduardo de Figueiredo e Silva;

Excelentíssimo senhor Paulo Ricardo Brusque, presidente da Associação dos Magistrados de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Carlos Alberto Civinski, juiz de direito de 2º grau do TJSC;

Excelentíssimo senhor Jaime Luiz Vicari, juiz de direito de 2º Grau, da 2ª Câmara de Direito Civil do TJSC;

Excelentíssima senhora Lilia Leonor Abreu, juíza do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Glauco José Côrte, primeiro-vice-presidente do Sistema Fiesc;

Excelentíssimo senhor Renato Vianna, vice-presidente do BRDE;

Excelentíssimo senhor Moacir Bertoli, ex-deputado e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

Excelentíssimo senhor Fernando Marcondes de Matos, presidente do Conselho Estadual do Turismo;

Excelentíssimo senhor Paulo Guilhon, do Conselho Regional de Economia;

Excelentíssimo senhor desembargador aposentado Napoleão Xavier do Amarante;

Excelentíssimo senhor desembargador aposentado César Amin Ghanen Sobrinho;

Excelentíssimo senhor Hélio Abreu Filho, secretário-adjunto de Assistência Social de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Marco Aurélio Abreu, diretor da Floram;

Excelentíssimo senhor Rogério Queiroz, presidente do Comitê Catarinense de ex-Presos Políticos;

Excelentíssimo senhor Honorato Tomelin, do conselho diretor e presidente da Associação Praia Brava;

Primeiro-vice-presidente desta Casa, deputado Gelson Merísio,

Excelentíssimo senhor Antônio Marcos Gavazzoni, secretário de estado da Fazenda;

Excelentíssimo senhor Vinícius Lummertz, secretário de Articulação Internacional;

Excelentíssimo senhor Bruno Bortoluzzi, prefeito do município de Xanxerê;

Demais autoridades, muito obrigado pela presença de todos.

Concedo a palavra ao exmo. sr. desembargador Volnei Ivo Carlin.

O SR. DESEMBARGADOR VOLNEI IVO CARLIN - Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, digníssimo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Luiz Henrique da Silveira, digníssimo governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor desembargador José Eduardo Souza Varella, digníssimo presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Casildo Maldaner, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Senhor jornalista Moacir Pereira, co-autor do livro;

Excelentíssimo senhor Lício Mauro da Silveira, deputado estadual;

Excelentíssimo senhor Colombo Machado Salles, digníssimo ex-governador do estado de Santa Catarina, que preficiou o livro;

Demais autoridades presentes, familiares, minhas senhoras e meus senhores; Digníssimo professor Alcides Abreu, nosso homenageado.

A vida de Alcides Abreu, em suas diversas atividades, é muito rica. Por isso tomamos a liberdade de dividir a obra em duas partes. A primeira coube a mim, acerca da análise da vida pessoal, acadêmica e intelectual do professor Alcides. A segunda parte, que é um estudo sobre a trajetória percorrida por Alcides Abreu, sob o perfil político, econômico, social, técnico e administrativo, coube ao experiente e conceituado jornalista Moacir Pereira.

Convivo com o professor Alcides Abreu há mais de 40 anos. Conheci-o na cátedra, na tribuna, no gabinete e um pouco no lar. Dele muito observei e aprendi bastante. Sou seu amigo, cheguei a ser seu vizinho por algum tempo, fui seu aluno e colega do conceituado curso de pós-graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina, durante 20 anos. Em qualquer dessas condições passei a compreendê-lo, a respeitá-lo e a admirá-lo pela sua cultura e aguçada inteligência.

O professor Alcides Abreu é uma personalidade instigante, plasmada por pendores nobres. Alegre, brando, intransigente nos seus princípios, tolerante com o pensar alheio e de uma ética inflexível; espírito inquieto, lutador, implacável por seus ideais e dotado de grande generosidade. Sem dúvida, uma das mais brilhantes e articuladas figuras públicas do nosso estado.

Ao mesmo tempo em que é iluminado, é uma pessoa de ação; vive por seus ideais e é forte em suas convicções calcadas na doutrina espírita. Por seu grande legado para as atuais e próximas gerações, o professor Alcides, como gosta de ser chamado, merece ter sua trajetória contada. Costuma dizer que é devedor das oportunidades que a vida lhe deu, mas nós é que somos devedores de tudo o que ele nos ensinou.

Traço o perfil histórico do professor Alcides, descrito por ele mesmo:

(Passa a ler.)

"Em 5 de setembro de 1926, há exatos 83 anos, em Bom Retiro, Santa Catarina, vinha à vida biológica o menino que se chamou Alcides de prenome e Abreu de sobrenome.

O menino se fez homem. É o penúltimo de uma família de oito filhos, substituída por sete rapazes e uma moça. Seu pai era severo na criação dos filhos, que obedeciam à hora de recolher assinalada por um apito. Em casa era chamado de Cidinho e na escola era chamado carinhosamente de Capivara.

De suas lembranças marcantes, as predominantes recaíram nas atividades intelectuais: as primeiras letras ele aprendeu

em sua cidade natal, depois estudou com as irmãs da Divina Providência, em Santo Amaro da Imperatriz. Em 1939 ingressou com bolsa no Colégio Catarinense, tendo obtido, na prova de admissão, média 9,5. Seu ingresso teve a aprovação do interventor Nereu Ramos, que à época despachou 'sim' por ter obtido a melhor nota. Alcides revela, mais tarde, que o exame de admissão no Colégio Catarinense foi um dos episódios mais importantes de sua vida.

Como exemplo de mulher destaca sua mãe, d. Elza, por ter sido a grande incentivadora de seus estudos.

Alcides casou-se em 1960, tendo três filhas, seis netos e um bisneto. Hoje, vive ao lado de sua companheira Idinete.

Ademais, não se define nem pelo Avaí e tampouco pelo Figueirense. Adora caminhadas e quando jovem, nas férias, cavalgava nas coxilhas serranas.

Na literatura tem preferência por Gabriel Garcia Márquez, apontando Jesus Cristo e São Tomás de Aquino como grandes nomes da humanidade. É ligado também aos livros espíritas: Alan Kardec e a Bíblia.

Define amigo como aquele que está presente mesmo quando ausente.

De outro lado, formou-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 25/11/1950, destacando-se, durante o curso, como grande intelectual e admirado orador. Como colegas de turma, dentre outros, citamos o ex-desembargador, hoje aposentado, João de Borba, orador da turma; Nelson Abreu e Renato da Silva, respectivamente seu irmão e amigo da vida toda.

Graduado em Direito, especializou-se em Economia, na Universidade de Paris - Sorbonne -, em 1951/1952. Ainda para entender o mundo e a vida, conforme disse, formou-se em Filosofia em 1963.

Passagens interessantes poderiam ser contadas sobre sua vida: delegado de polícia em Joaçaba e promotor público em Ibirama. Grandes fatos aconteceram nesse período.

Como professor ingressou na Faculdade de Direito em 1955 e em 1957 tornou-se catedrático da cadeira de Teoria Geral do Estado. Mais tarde passou a integrar o curso de pós-graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina, conforme já disse, do qual foi co-fundador, juntamente com outros nomes de destaque do mundo acadêmico: Paulo Henrique Blasi, Renato Barbosa, Osni Régis, Valdemiro Cascaes, Sílvio Coelho e Ari Kardec Bosco de Melo, entre outros.

Sua vida, ademais, é rica de atividades ocupando os cargos mais diversos. É também imortal na Academia Catarinense de Letras e sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina."

Assim, poderíamos concluir afirmando que o professor Alcides representa para o mundo intelectual de Santa Catarina o mesmo que Marx representou para as ideias políticas de seu tempo. É o grande pensador de nosso estado, cuja contribuição se derrama aos quatro cantos, sendo que o nosso mundo fica muito maior com sua presença. Suas qualidades intelectuais, suas contribuições para as Ciências Sociais e para o desenvolvimento do estado são determinantes para a realização de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em livro memorável, Norberto Bobbio, humanista que iluminou o século XX, ensina-nos que "[...] percorrendo nossos caminhos, as recordações virão em nosso auxílio, mas as recordações não aflorarão se não formos procurar nos recantos mais distantes da memória."

É tempo de refletirmos sobre a obra e os feitos de um grande homem, como homenagem de gratidão e bem-querença. O elenco de suas realizações não se encontra, nem de longe, aqui exauridos, mas simboliza, de maneira expressiva, as marcas traçadas pelo nosso querido homenageado.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência convida os deputados Gelson Merísio, Giancarlo Tomelin e Professor Grandó para fazerem a entrega da homenagem ao professor Alcides Abreu, em nome da Assembleia Legislativa, pela contribuição política, educacional, administrativa e pela visão em importantes órgãos da administração nos últimos 50 anos. (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o jornalista Moacir Pereira para o lançamento do livro *Alcides Abreu: o Construtor do Futuro*.

O SR. JORNALISTA MOACIR PEREIRA - Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, digníssimo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor desembargador José Eduardo Souza Varella, digno presidente do Tribunal de Justiça, em nome dos quais peço licença para cumprimentar as demais autoridades que dignificam a mesa desta sessão especial da Assembleia Legislativa;

Senhores deputados estaduais;

Senhores desembargadores;

Senhor juiz de direito;

Procuradores e promotores de Justiça de Santa Catarina;

Familiares do professor Alcides Abreu; autoridades civis, militares, eclesiásticas; secretários de estado; companheiros jornalistas; meus familiares; senhores funcionários da Assembleia Legislativa; senhores telespectadores da TVAL, minhas senhoras e meus senhores.

(Passa a ler.)

"É com muita honra, grande alegria e, sobretudo, muita emoção que mais uma vez, sr. presidente, tenho o privilégio de ocupar a tribuna da augusta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para falar de mais um excepcional filho desta terra.

Ao contrário dos anteriores, ele não foi governador nem destacado parlamentar. Mas sua contribuição ao desenvolvimento do estado como genial planejador, visionário construtor e competente operador tem um balanço muito mais rico somando experiência de todos os poderes de Santa Catarina.

A primeira notícia que devo trazer sobre o livro que estamos tendo o privilégio de lançar - eu e o eminente desembargador Volnei Ivo Carlin - vem em forma de uma pequena advertência. A biografia do professor Alcides Abreu não se completa, de forma alguma, na obra que hoje aqui está sendo lançada nem se vai esgotar no segundo ou no terceiro livro. Estou absolutamente convencido disso.

Esse é apenas um trabalho com uma visão parcial, com algumas revelações inéditas, é verdade, como, por exemplo, o convite que ele recebeu para ser vice-governador de Santa Catarina ou disputar o cargo de vice-governador de Santa Catarina na chapa, ele possedista, do udenista Antônio Carlos Konder Reis, nas eleições de 1965, depois que o PSD fez oficialmente a opção pela candidatura do saudoso deputado e governador Ivo Silveira.

O doutor Alcides Abreu tem um perfil para muitos livros exatamente por possuir um currículo realmente excepcional, diria que de características singulares em nosso estado. Mas o personagem não se projeta apenas como gênio do planejamento, dos revolucionários planos de governo dos últimos 50 anos no estado, da criação de órgãos públicos e privados que mudaram a face de Santa Catarina, de seu inesgotável talento, de sua inteligência, de sua sabedoria, de sua capacidade de ver muito além do horizonte como intitulei a introdução desse trabalho. Ele constitui, sobretudo, um extraordinário paradigma quando se conhece as suas atividades como cidadão. Há décadas Alcides Abreu é presença constante em múltiplas, em incontáveis atividades espirituais, programas filantrópicos e de real promoção social, que o tornam um personagem completamente coberto de virtudes humanas.

A ideia desse livro, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, foi do desembargador Volnei Ivo Carlin. A ele, portanto, os créditos dessa obra e, por que não dizer, de certa forma, desta sessão especial. Ao dr. Volnei Ivo Carlin agradeço o privilégio, a grande honra que me conferiu ao convidar-me para participar desse projeto, que para mim é realmente uma oportunidade rara e grandiosa de oferecer mais uma pequena contribuição ao resgate da memória de Santa Catarina, especialmente de seus grandes e extraordinários filhos.

Durante quase dois anos o professor Carlin se dedicou a levantar dados, fatos e fotos sobre a vida e a obra acadêmica do professor Alcides Abreu. Coube-me, então, a segunda parte do trabalho, diria que essencialmente jornalística, porque toda ela é constituída de entrevistas. As conversas informais, gravadas há pouco, no mês de setembro, depois em outubro, a série de quatro entrevistas únicas na história do mais antigo, infelizmente agora saudoso, jornal de Santa Catarina, *O Estado*, naqueles anos de 1981 e 1982. O então diretor, companheiro, grande jornalista Marcílio Medeiros Filho, ofereceu-me a oportunidade e o desafio de fazer uma série de entrevistas com grandes personalidades do mundo político, acadêmico, econômico e empresarial de Santa Catarina, com páginas inteiras, do tamanho *standard*, e único da série, que teve direito a uma coesão de quatro entrevistas, exatamente do professor Alcides Abreu. Entrevistas essas que na releitura, 27 anos depois, oferecem realmente uma impactante atualidade a revelar exatamente a visão que tem o nosso homenageado.

Muito do que Santa Catarina possui hoje como destaque na educação, na indústria, no setor financeiro, nas telecomunicações, na infraestrutura, no modelo de formação técnico-profissional do Senai e em muitos outros setores da atividade humana, tem efetivamente as impressões digitais do professor Alcides Abreu.

Encerro, sr. presidente, mas não antes de um momento de agradecimentos, renovando ao professor e desembargador, eminente e consagrado, Volnei Ivo Carlin, a gratidão por me oferecer essa possibilidade. Creio mesmo que na história política ou literária de Santa Catarina não há precedente de desembargador que convide um jornalista para realizar um trabalho de parceria e resgatar um personagem tão importante na vida de Santa Catarina.

E mais uma vez para mim é motivo de muito orgulho, porque Justiça e Imprensa, que se uniram durante décadas e séculos na história do Brasil para defender o direito, a

verdade, a justiça, aqui se unem num projeto que procura resgatar para as novas gerações essa figura ilustre e realmente insuperável que é o nosso professor Alcides Abreu.

Os meus agradecimentos ao professor Alcides Abreu por ter-me confiado a possibilidade de realizar essas entrevistas e de completar esse trabalho que hoje está sendo aqui lançado.

Devo também, em meu nome e no do professor desembargador Volnei Ivo Carlin, agradecer ao secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, e ao empresário, ao executivo Luciano Andriani, da Tractebel Energia, que possibilitaram, com apoio cultural, o lançamento dessa obra e futuro das distribuições às principais entidades culturais e educacionais de Santa Catarina.

Meus senhores e minhas senhoras, srs. deputados, agradeço mais uma vez ao deputado Jorginho Mello, que prontamente acolheu a iniciativa de realização desta sessão e com grande entusiasmo acolheu a proposição encaminhada oficialmente pelo desembargador Volnei Carlin.

Há muito que o dr. Alcides Abreu está a merecer essa homenagem de todos os catarinenses. E nada mais significativo, de maior repercussão em toda população estadual, do que este reconhecimento público acontecer no plenário da nossa querida Assembleia Legislativa de Santa Catarina, onde tudo acontece e tudo se decide em benefício do estado, neste Parlamento que continua orgulhando as mais caras tradições políticas do nosso povo e do nosso estado.

Parabéns à Assembleia Legislativa por esta sessão! Parabéns à orgulhosa família Abreu, que aqui comparece para trazer o seu abraço ao grande professor Alcides Abreu!

Alcides Abreu é um monumento à cidadania e um orgulho para todas as gerações de catarinenses."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido o professor Alcides Abreu, homenageado desta noite, para fazer uso da palavra.

O SR. PROFESSOR ALCIDES ABREU - Saúdo desde logo v.exa., como presidente, o governador Luiz Henrique da Silveira, o presidente do Tribunal de Justiça, o presidente do Tribunal de Contas, o desembargador Volnei Carlin, juntamente com o jornalista Moacir Pereira, autores do livro, e os dois ex-governadores Casildo Maldaner e Colombo Salles.

Permita-se, professor Lício Mauro da Silveira, que eu me rejuvenesça nas palavras que proferiu e assumo essas palavras, desde agora, para serem para sempre o meu caminho de todos os dias.

Peço a v.exa., sr. presidente, que reduza a minha intervenção para que não ensombre aquilo que foi dito pelos oradores que até agora ocuparam a tribuna.

Não vou senão ler alguns dos tópicos que dariam ensejo ao meu exercício. Na segunda parte, por exemplo, eu estaria cogitando a origem da família, além de Berlim, ao norte, o mar Báltico, e entre o Báltico e Berlim, o Grão Ducado de Mecklemburgo, de onde vieram os Kumm, cujo passaporte em casa se encontra.

No segundo tópico, cuidaria do caminho pessoal e inicial na geografia catarinense, porque fiz o caminho que também feito foi pelo governador Adolfo Konder. Eu fui ao oeste do governador Jorginho Mello, lá pelos idos 1947. Andei sobre todos os rios, sem ponte, e voltei pelo Rio Grande do Sul,

porque os rios, tendo feito água, não permitiam que sobre ele as balsas prosseguissem.

Num terceiro momento eu iria fazer a apresentação da economia catarinense, e aí seria a descoberta de uma cultura que serviu ao tempo da apresentação catarinense nos mercados mundiais. Estou-me referindo à viagem feita ao oeste e à descoberta, no oeste, da cultura do fumo, cujas amostras eram remetidas, pelo então sistema aéreo, para cotação na bolsa de Amsterdã.

Santa Catarina e catarinenses que aqui se encontram e que fizeram parte dessa aventura, colocamos Santa Catarina no mapa do mundo por uma cultura específica do oeste de Santa Catarina!

No quarto ponto eu faria a apresentação da economia catarinense pela via do cooperativismo. No Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo percorríamos o estado e ascendíamos, então, ao crédito cooperativo no vale do Itajaí e no sul de Santa Catarina.

No quinto ponto, sr. governador e sr. presidente, eu estaria cogitando da bolsa da França e da inserção planetária. E nessa inserção planetária, eu recolho um fato, o fato de que a União Europeia nasceu no curso que fiz com o professor François Perroux. Era ele de nacionalidade francesa, mas na I Guerra Mundial, de 1914 a 1918, fora soldado alemão. O primeiro-ministro da França era um outro alsaciano, e da inteligência de François Perroux e da capacidade política do primeiro-ministro da França nasceu o Tratado de Roma, do qual surgiu depois a União Européia dos 27 hoje países.

Em sexto lugar, eu trataria dos efeitos imediatos da bolsa da França, que outros não foram senão criar a primeira tese que me deu a livre docência e o doutorado em Direito, cujo título, ainda hoje moderno, reputo eu, era *Liberdade, Capitalismo e Prosperidade*.

Na sequência desse livro, a política, que se apresentava, então, renovada e renovante, forneceu-me uma tese que me deu o título de professor catedrático em Teoria Geral do Estado, que era a organização da liberdade.

Na sequência, as grandes consequências à inserção planetária. E aqui poderia referir-me apenas a um fato, ao exibir a capa da última edição do *The Economist*, revista distribuída em Santa Catarina, que coloca o Brasil alçando voo. E dentro da revista *The Economist* que reputa essa inserção está um conjunto de informações pertinentes ao Brasil, um relatório especial sobre finanças e negócios, do dia de 24 de novembro de 2009. Esse fato e nenhum outro mais seria necessário referir para demonstrar a repercussão França.

Volto ainda a notar nessa circunstância o exercício político que decidiu, e começando do vale do Itajaí, um fato relevante que nem sempre está à disposição e é do conhecimento de todos.

Existe uma carta gerada no alto vale do Itajaí, através da qual se propunha ao então presidente da Federação de Indústrias de Santa Catarina, sr. Celso Ramos, que assumisse, além da liderança da parte industrial, também a liderança efetiva da parte política e pudesse vir a disputar, num futuro qualquer, a governança do estado.

Termino, sr. governador e sr. presidente, apenas para assinalar aquilo que aqui chamei de exercício lateral ao serviço público, as prestações sociais. Permitam-me, presidente e governadores, que faça uma leve remissão daquilo que foi a participação nossa nas prestações sociais. Refiro-me aqui a um

incidente que abriu a possibilidade de um serviço.

Perdi um irmão em plena juventude, e presidia ele uma obra social ao leste da ilha. Essa obra não ficaria despojada de quem a dirigisse, mas a congregação de então a mim chamou e deu-me a direção da Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, que ainda se encontra ali no Campeche e é um hotel de senhoras que disso precisam. Em segundo lugar, a descoberta de Biguaçu. Descobrimos, então, Biguaçu. E na rua Sete de Setembro, crianças, mais comunidades e mais espiritualização.

Entre 1976 e 2004 - e são 28 anos - fazíamos estatísticas anuais que eram transmitidas por nós à coletividade que nos assistia e que nos permitia manter o serviço que lá estava.

Consintam que eu dê os números: nesses 28 anos, os nossos registros são de 4.368 palestras. Três vezes por semana a comunidade era chamada, e o Marcondes lembra disso porque acompanhou e ajudou a cada ano nas solicitações que fazíamos das obras sociais que conduzíamos em Biguaçu.

Então, disso se dá o que chamo da integração ao mundo espiritual. A Federação Espírita; a Seara do Amor, no Estreito; a Capemi, dos militares; a penitenciária - e fomos voluntários da penitenciária, governador, e lá íamos uma vez por semana, em sete ou oito parceiros, convivendo com aqueles que estavam retidos sob a tutela do estado; e, finalmente, o grupo interuniversitário de estudo da pobreza, que é informal. Nós lutamos e fazemos funcionar, na medida em que se apresentem oportunidades de eventual participação.

Não nos esqueçamos, ainda, que antes que o Hospital de Caridade sofresse o incêndio, ele nos tinha também como parceiro semanal, todas as sextas-feiras, na parte mais nobre e mais humana do hospital.

Eu me refiro a esses aspectos para dizer que a vida, na parte econômica e na parte política, não exclui a outra vida. E eu sei que todos sentem isso e participam disso.

Para terminar, não tenho como não agradecer pelo que ouvi. Não de convir comigo que nada disso estava na minha cabeça como podendo sequer acontecer!

Agradeço aos autores do livro. Conheço a capa e encanta-me tê-la. Ela vai, realmente, percorrer o estado, com toda a certeza, para o meu gaúdio e para a minha felicidade.

Agradeço ao Moacir Pereira; ao desembargador meu amigo, meu companheiro e meu vizinho; ao dr. Lício; ao dr. Colombo; ao presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina; ao meu governador Luiz Henrique; ao deputado Jorginho Mello, presidente da Assembleia Legislativa; ao dr. José Eduardo Souza Varella, cujo pai foi meu companheiro em 1950 e juntos fizemos muitos textos que foram objeto de apresentação na Assembleia Legislativa.

Agradeço ao dr. Volnei Ivo Carlin, com quem convivi plenamente na pós-graduação de Direito e por quem tenho o maior respeito; agradeço ao Moacir, que é meu amigo sempre e companheiro na Academia Catarinense de Letras; agradeço também aos senhores todos, inclusive aos lá de casa que aqui vieram. E vejo aqui pessoas que vieram de mais longe, como a Tânia e o seu marido, que estão conosco nesta tarde. Eu agradeço a todos!

Sr. governador, permita-me que agora eu termine a minha fala e agradeça a todos pela mensagem e a homenagem que prestaram a este simples menino, que nasceu no dia 5 de setembro de 1926, da sra. Elza

Kuhn Abreu, no município de Bom Retiro, nas vizinhanças de Lages.

Muito obrigado a todos os senhores! (Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Concedo a palavra ao excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Boa-noite a todos! Saúde, inicialmente, as pessoas mais importantes que estão aqui, pedindo a todos, em nome de dona Idinete, uma salva de palmas para as mulheres presentes.

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, mui digno presidente do Poder Legislativo estadual;

Excelentíssimo senhor doutor João Eduardo de Souza Varella, mui digno presidente do Tribunal de Justiça do nosso estado;

Excelentíssimo senhor doutor José Carlos Pacheco, mui digno presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

Excelentíssimos senhores ex-governadores Colombo Machado Salles e Casildo Maldaner;

Excelentíssimo deputado Lício Mauro da Silveira, em nome de quem eu quero saudar todos os srs. deputados aqui presentes;

Magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Álvaro Toubes Prata;

Excelentíssimo senhor desembargador Volnei Ivo Carlin, em nome de quem saúdo todos os srs. desembargadores aqui presentes - e eu o saúdo pela co-autoria, com o jornalista Moacir Pereira, deste livro que será o marco da memória das últimas sete ou oito décadas da história do nosso estado;

Meu caro professor Alcides Abreu, vejo-o com um terno branco e lembro-me do poeta amazonense Thiago de Mello que, no *Os Estatutos do Homem*, convoca-nos todos a vestir-nos de branco para celebrar a pureza e a paz;

Meu querido professor, patrono, paraninfo da minha turma, Nelson Abreu, que, certamente, tem boa parcela de parceria nessa brilhante vida aqui exaltada.

Professor Alcides Abreu, nós vivemos uma nova era, uns a chamam de pós-industrial, outros de era tecnoeletrônica, mas eu prefiro chamá-la de era do conhecimento. É uma nova era que distancia o passado do presente e aproxima o presente do futuro. Por que distancia o passado do presente? Porque as transformações são tão velozes, tão vertiginosas, tão impactantes, tão massivas, que o que é atualidade hoje passa a ser velharia amanhã. Produtos, sistemas e processos festejados num passado recente como algo que supera a inteligência humana, num curto lapso de tempo são superados por novos conhecimentos, novos produtos, novos sistemas, novos processos e por mais inovações. E assim o presente produz um passado que, embora recente, torna-se longínquo, remoto, imemorial. Já o futuro é algo cada vez mais imprevisível. Adivinhar o futuro, prever o amanhã é a tarefa mais complexa que se nos impõe esse turbilhão de transformações.

Os índios pele vermelha, para perceber a direção da manada de búfalos, punham os ouvidos no chão para sentir o tropel da manada. Nós temos que ficar debruçados na janela dos nossos computadores, olhando atentamente todos os movimentos dessa sociedade impactante, desse admirável mundo novo, que é muito mais

admirável do que imaginou Aldous Huxley. Nós precisamos ter os olhos aguçados para perceber os cenários do futuro.

O professor Alcides Abreu representa mais que uma luneta, um telescópio. Ele é, em si mesmo, o grande observatório da realidade catarinense. Ele é, dentre todos nós, aquele mais capaz de perscrutar o movimento sideral das transformações. George Bernard Shaw classificava os homens em duas categorias: os que olham as coisas que existem e no máximo perguntam por quê; e os que enxergam as coisas que não existem e perguntam por quê, não? Por que não mudar a estrutura do estado de Santa Catarina? Por que não contemplar a sua longitudinalidade? Por que não estabelecer um sistema capaz de gerar o desenvolvimento e impedir que Santa Catarina tivesse um modelo igual ao dos demais estados, que têm a população aglomerada numa grande capital, numa grande metrópole, numa metrópole sem ar, numa metrópole sem mobilidade, numa metrópole sem graça, sem poesia, sem sentido? Por que não, professor Alcides Abreu, estender o braço forte financeiro do estado disseminando, atomizando por todo o nosso território um banco estatal de desenvolvimento? Por que não, professor Alcides?

(Palmas)

Por que não disseminar por todo o estado uma empresa recém-criada pelo governador Irineu Bornhausen, a Celesc, adquirindo as geradoras espalhadas pelo interior para transformá-la numa empresa capaz de disseminar a energia supridora do desenvolvimento?

Por que não criar uma universidade estadual e imaginá-la com *campi* espalhados por todo o estado, garantindo o fluxo de uma inteligência capaz de suportar as novas etapas do desenvolvimento?

Meu caro professor Alcides Abreu, quantas coisas que não existiam e você foi perguntando por que não, e foi fazendo, criando e realizando. E teve um braço político forte, uma decisão política decidida e deliberada na pessoa do governador Celso Ramos.

Meu caro amigo Alcides, a sua vida é assim: um telescópio mais potente do que imaginou e criou Galileu Galilei, descobrindo o nosso estado e desenterrando práticas esquecidas, culturas olvidadas e valorizando-as.

Meu caro professor, além de tudo isso, além de pensador, sonhador e desbravador de novos sistemas, você sempre foi aquele homem exaltado pelo nosso Gabriel Garcia Márquez, que dizia: "Vou escrever no gelo toda a minha raiva, e vou pedir ao sol que venha logo".

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. governador, autoridades, convidados, meu querido professor Alcides Abreu, permitam, antes de encerrarmos esta sessão especialíssima de valorização e de reconhecimento de um grande homem público, o visionário Alcides Abreu, que eu possa, de forma muito sincera, juntar-me à família Abreu, através do meu querido amigo e companheiro de trabalho Alfeu, e dizer que muitas vezes exaltamos o seu nome quando trabalhávamos no Banco do Estado de Santa Catarina. Sabemos que o senhor foi o correntista número um, que contribuiu para a criação do banco, no governo de Celso Ramos e no governo do grande governador Colombo Machado Salles, que se encontra aqui conosco.

Portanto, a Assembleia Legislativa lhe presta esta homenagem e em nome dos 40 deputados estaduais quero abraçá-lo e dizer-lhe que Santa Catarina deve muito ao senhor. Desejo que Deus lhe dê muitos anos de vida, bastante saúde e que supere todos os obstáculos para que continue brilhando e engrandecendo todos nós, que o temos como um exemplo a ser seguido.

Nós temos muito orgulho e muita honra de presidir esta sessão, neste momento, prestando esta homenagem ao

senhor que tanto ajudou este estado vencedor, este estado de bons exemplos, este estado que todos nós admiramos.

Dito isto, comunico que os autógrafos serão dados no *hall* desta Assembleia Legislativa e agradeço a presença honrosa de todos os senhores e de todas as senhoras, convidando-os para um coquetel no mesmo local.

Neste momento, convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)
(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão especial, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Esta encerrada a sessão.

ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Váio dos Santos.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Crítica a atitude de alguns participantes de audiência pública que tratou da municipalização do ensino fundamental.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se acerca dos aumentos salariais dos setores da Segurança Pública; comenta as eleições na Aprasc.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Cumprimenta a condução do deputado Sargento Amauri Soares à direção da Aprasc.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Parabeniza o novo presidente da Aprasc; externa sua satisfação pela realização de sessão especial em homenagem à Cooperhaf; discorre sobre a municipalização do ensino fundamental.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Manifesta sua discordância da municipalização do ensino fundamental.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito Sebastião Altavir Ferreira, de Três Barras.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Externa sua posição contrária ao PLC n. 0014/2009.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Lamenta o novo atraso no cronograma da duplicação da BR-470; regozija-se com a entrega do sistema de monitoramento e acionamento via satélite das barragens do alto vale do Itajaí; parabeniza o senador Raimundo Colombo pela posição diante das denúncias contra o governador José Roberto Arruda.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Cumprimenta o senador Raimundo Colombo por haver pedido a imediata expulsão do governador José Roberto Arruda.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre solenidades, reuniões e ações ocorridas no último final de semana, no planalto norte.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Repudia as ações de corrupção dos políticos do Distrito Federal.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Mostra sua indignação com os episódios de corrupção no Distrito Federal.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comenta a posição do DEM no caso do governador do Distrito Federal.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Afirma que deveria ser investigado o Fundo Social de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se aos processos contra praças da PM que foram enquadrados no Conselho de Disciplina.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede a retirada da pauta das mensagens de veto.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Faz indagações sobre a tramitação do PL n. 0631/2007.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pede o cumprimento da pauta de votação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Insiste na votação do PL n. 0631/2007.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Concorda com a retirada da pauta do PL n. 0631/2007.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Elogia o acordo entre a PM de Balneário Camboriú e o vice-governador em torno do PL n. 0631/2007.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre o PL n. 0368/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Declara o voto favorável ao PL n. 0368/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0368/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0368/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença neste plenário do presidente da Câmara Municipal de Rio Negrinho, vereador Julio Cesar Ronconi.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Discute o PL n. 0412/2009, de autoria do deputado Cirio Vandresen.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Discute o PL n. 0412/2009, de autoria do deputado Cirio Vandresen.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Reporta-se ao Requerimento n. 1.901/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) -

Solicita permissão para subscrever o Requerimento n. 1.901/2009.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n. 0245/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Acusa a bancada da Situação de não querer deliberar sobre pedidos de informação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Comunica que não fará mais acordo com o governo para deliberação de matérias.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Considera importantes a votação de requerimentos, moções e pedidos de informação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Afirma que o governo não tem nada a esconder.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Agradece a presença de inúmeros vereadores em nome de Julio Cesar Ronconi, presidente da Câmara Municipal de Rio Negrinho; de Nilton Gráff, o Baixinho, de Mondai; e de Lorival Dionísio Demathê, o Loli, de Guaraciaba.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Posiciona-se sobre a municipalização do ensino fundamental; reclama do atraso na duplicação da BR-470; comunica o lançamento do livro *O Nascimento de uma Nação*, de sua autoria.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Regozija-se com a conquista, pela capital, dos 49º Jogos Abertos de Santa Catarina.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Fala do lançamento da primeira fábrica de células tronco do país; analisa o próximo encontro de mudanças climáticas em Copenhague.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Convida para reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura Catarinense e Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, sras. taquígrafas, funcionários desta Casa, imprensa falada, escrita e televisada, deliberamos, na comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte, sobre a realização de uma audiência pública para que possamos ouvir a manifestação de todos os prefeitos dos 293 municípios. Chegamos à conclusão de que o dia 1º seria a melhor oportunidade, porque os prefeitos estariam na cidade participando de um congresso e poderiam dar as suas sugestões sobre o PLC n. 0014/2009, que está tramitando nesta Casa.

Recebi muitos professores. O professor que conhecemos é uma pessoa doce, educada, que olha nos olhos quando conversa. Conhecemos o professor pela sua postura, pelo seu histórico, porque para ser professor ele estudou, investiu. Ele ouve quando alguém está falando, não fica pulando, esperneando, não fica gritando palavrões. Ele atende, ele ouve, ele olha nos olhos. Eu sou professora, fiz magistério e fiz curso superior.

O professor ensina o seu aluno a soltar tudo que tem na mão e a olhá-lo, para que o aluno possa captar os conhecimentos. Então, o professor ensina o aluno a ter disciplina, ensina a parar para ouvir, para poder aprender o que o professor está ensinando.

Mas, sr. presidente, vi e ouvi nesta Casa, durante a audiência pública, muita gente fingindo ser professor. Parecia que era, mas não era. Então, não consegui falar, não consegui manifestar-me, porque as pessoas que vieram a essa audiência pública vieram para esculhambar, vieram para gritar, para espernear, pular. Ora, parecia um parque de diversões.

Eu quero parabenizar o deputado Marcos Vieira, presidente da comissão de Finanças e Tributação, pela condução dos trabalhos. Agora, eu quero dizer uma coisa. Audiências públicas são muito importantes porque a população pode manifestar-se, falar, chegar a determinadas conclusões. Mas a de hoje não surtiu efeito, porque os deputados não conseguiram falar, não conseguiram transmitir o que desejavam. Eu cortei, resumi, enfim, quase não falei, porque havia uma pessoa no meio da plateia, um jovencinho de uns 20 anos mais ou menos - e até dei um atendimento especial para aquele jovem - que inviabilizava tudo.

Quero dizer também que recebi professores verdadeiros, que vieram até o meu gabinete, professores da Escola Básica Venceslau Bueno, que trouxeram uma manifestação, que eu assinei, e aqui está a minha assinatura de apoio. Conversamos, eu prometi apoio àquela delegação de professores do município de Palhoça, e estarei empenhada para ajudar os meus colegas, porque sou professora.

Recebi um certificado, fiz um juramento, mas não posso aceitar pessoas que fingem ser professores, mas que não são professores, virem aqui, a uma audiência pública, para bagunçar, esculhambar, porque isso não está certo. Ninguém pode ser feliz dessa maneira, deputado Kennedy Nunes.

Nessa audiência pública havia pessoas que não tinham nada a ver com o magistério! Foram convidados os prefeitos, os secretários municipais de Educação, representantes do poder municipal, mas também entraram muitos penetras, que não têm nada a ver com nada e que não defendem nada. Vieram para ridicularizar.

Posso fazer um projeto de trabalho que vou desenvolver, mas de repente posso

mudar de ideia, posso mudar o meu projeto. Um projeto é um projeto. Um projeto não é uma situação já encerrada. É apenas projeto e há muita água para rolar por debaixo da ponte.

Sabemos que alguns professores não aceitam a municipalização do ensino fundamental. Alguns prefeitos aceitam, outros não aceitam. Alguns pais de alunos aceitam e outros não aceitam. Então, temos que respeitar ambas as partes.

O secretário da Educação, deputado Paulo Bauer, pôde fazer uma exposição. Ele deu uma panorâmica do projeto. O outro projeto foi recolhido e veio um mais abrangente, com alterações.

Tenho 34 anos de magistério. Já tenho experiência com alfabetização, de 1ª a 4ª, de 5ª a 8ª, de 2º grau e experiência em secretaria de escolas. Sempre houve festas nas escolas para ajudar a APP, para recolher donativos para comprar alguma coisa.

Mas daqui a pouco falarei no horário dos Partidos Políticos porque o meu tempo está-se esgotando. Volto com esse tema no horário do meu Partido Republicano Brasileiro.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, dentro de Breves Comunicações.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, gostaríamos de registrar alguns fatos importantes da nossa história passada e da nossa história atual.

Hoje, por exemplo, 1º de dezembro, completa cinco anos uma manifestação da Aprasc, Associação de Praças de Santa Catarina, cujo resultado foi a concessão de um abono de R\$ 250,00 para todos os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, também estendido à base da Polícia Civil e a todos os agentes prisionais.

Nós veríamos que aconteceriam, naquele dia, por certo, alguns dos episódios que foram possíveis de se registrar, no final do último ano, no mês de dezembro, naquele processo de paralisação. Tivemos, portanto, um abono que se até o dia 30 de novembro, deputado Kennedy Nunes, o governo alegava que não tinha nada, relativo ao pagamento da Lei n. 254, para conceder aos servidores da Segurança Pública, no mesmo dia 30 de novembro, pela tarde, começou a aparecer. E no dia 1º de dezembro, às 14h, portanto, mais ou menos neste horário, chegou à Assembleia um projeto de lei propondo R\$ 250,00 de abono para a base da Segurança Pública do estado de Santa Catarina, trazido que foi pessoalmente pelo secretário Ronaldo Benedet.

Naquela mesma tarde foi aprovado aqui em primeiro e segundo turnos e em redação final. Em três horas foi aprovado o projeto, o que prova que quando existe vontade política do chefe do Poder Executivo para resolver o problema, ele pode ser solucionado e evitar os traumas que se têm vivido nos últimos anos.

Depois daquele abono de R\$ 250,00, tivemos apenas mais um incremento relativo à Lei n. 254, e foi no final de 2005, um ano depois, portanto, já faz mais de quatro anos. Em outubro de 2005 foram negociados 20%, mais R\$40,00 de abono, e de lá para cá, senhores, mais nada relativo à Lei n. 254. Nesse segundo mandato, Luiz Henrique não discuti, jamais colocou na pauta de discussão o pagamento da parte que faltava da Lei n. 254. E já estamos no último mês do go-

vernador Luiz Henrique, e digo isso com certo alívio, porque foram três anos, esses últimos, de absoluta inexistência de vontade política por parte do governo para negociar com a base da Segurança Pública.

A Lei n. 254 ficou pela metade! Era para ter sido feito um calendário de pagamentos, a partir do começo de 2007, mas não aconteceu. E quando os servidores foram cobrar, o governo disse que não negociaria com manifestação; depois, ele não negociaria com outras manifestações; depois, ele não negociaria com a faca no pescoço. Na verdade, ele não negociou de forma nenhuma nesse último mandato, e está aí o resultado.

No mês de junho mandou para cá um projeto de valorização dos militares estaduais: R\$ 76,00 para o soldado de 20 anos de serviço. Esta é a valorização para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros no segundo mandato do governador Luiz Henrique, que, repito, está terminando - falta um mês. E é preciso dizer que existe bastante alívio, lá no meio da nossa gente, com relação a esses prazos que estão terminando.

Quero registrar também que tivemos, na semana passada, eleições para a Associação de Praças do Estado de Santa Catarina, Aprasc. Foi mais uma eleição. Tivemos chapa única mais uma vez, porque os nossos adversários não conseguiram montar uma chapa. E olhem que tiveram o apoio e o incentivo de setores importantes da cúpula de autoridades do estado de Santa Catarina. Mas não conseguiram 49 praças para colocar o nome numa chapa de oposição.

A eleição aconteceu em três dias, na semana passada. Foi uma eleição difícil porque na maioria das cidades do estado proibiram realizar a eleição na esfera administrativa da corporação, especialmente a Polícia Militar, como se fosse crime, como se fosse política realizar a votação de uma associação de classe de direito privado, como é a Aprasc.

Precisamente ontem, dia 30 de novembro, foi realizada a eleição para a Associação Beneficente dos Policiais e Bombeiros Militares dentro dos quartéis. E ela tem o mesmo caráter legal e jurídico da Aprasc, mas a eleição da Aprasc não pôde ser realizada; alguns comandantes emitiram ordens proibindo terminantemente a presença de qualquer assunto com relação à eleição da Aprasc na esfera administrativa.

Houve exceções honrosas, elogiosas, que nem vamos citar porque se citarmos com certeza ocorrerá represália para aquele comandante que eventualmente agiu de forma diferente daquela que era a orientação da cúpula.

Deputado Kennedy Nunes, 3.879 votaram e mais 220 filiaram-se à Aprasc. Participaram, portanto, 4.099, porque quem não era filiado não pôde votar. Apresentou-se e filiou-se para na próxima eleição ter a oportunidade, fazer parte, o que mostra a força e a consciência da nossa gente.

Na nossa chapa única, mais uma vez encabeçada por este praça, e também para mostrar a unidade e para não fugir da luta no momento de dificuldade, como tem sido nos últimos anos, especialmente neste ano de 2009, apenas 25 praças assinalaram na opção "não". Ou seja, mais de 90% votaram pelo "sim" e 25 colegas, deputado Kennedy Nunes, disseram "não". Ou seja, os "não" não conseguiriam montar uma chapa para concorrer, o que mostra a unidade.

Estamos aqui para agradecer a consciência cristalina dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que

entenderam o momento de dificuldade e que trabalharam, centenas deles, arduamente para fazer uma eleição na qual as pessoas têm medo de votar! Deputado Kennedy Nunes, veja o absurdo, numa democracia alguém tem medo de votar para escolher os diretores da sua entidade representativa! Em muitos lugares mandaram o Serviço de Inteligência filmar quem ia votar! Ligaram as câmeras para ver quem ia votar!

Mas mesmo assim tivemos quase 4.000 votantes, e queremos agradecer o esforço das centenas pessoas que trabalharam. É uma diretoria de 49 pessoas, mas todos os praças de boa vontade sempre são bem-vindos a todas as reuniões da diretoria da Aprasc. E queremos agradecer esse empenho e essa confiança da nossa categoria, dos nossos companheiros na luta que temos desenvolvido.

E dias melhores virão, deputado Kennedy Nunes, porque o mal não perdura para sempre, outros ventos voltarão a soprar no estado de Santa Catarina e nós poderemos, sim, colocar as nossas justas demandas na mesa de negociação. Há de ter de novo, e quiçá em breve, um governador que queira conversar com a legítima representação dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Quero parabenizá-lo por esse novo mandato à frente da Aprasc e pela luta dos praças em fazer o exercício da democracia, escolhendo a sua diretoria da entidade que os representam.

Gostaríamos de deixar aqui o nosso veemente repúdio à ação de alguns oficiais que não permitiram que a votação ocorresse dentro dos quartéis. Isso é repugnante.

Mas parabéns por v.exa. ter feito esse trabalho!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Nós o transmitiremos ao nosso pessoal.

E foi definido no sábado, em assembleia-geral, que estaremos em assembleia permanente até o dia 22 de dezembro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, nosso grande líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, que neste momento preside a sessão, quero cumprimentar todas as sras. deputadas, os srs. deputados e também os catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital. Cumprimento também todos os nossos visitantes, e temos aqui a presença de ilustres lideranças, prefeitos, secretários e vereadores. Muita gente está na capital para o grande encontro da Fecam, que começou ontem. Participamos, na abertura, da palestra e do debate que ocorreram na parte da manhã.

Gostaria também de parabenizar o deputado Sargento Amauri Soares pelo grande trabalho e pela sua recondução à coordenação da Aprasc. Quero tirar o chapéu, como diz o ditado popular, para toda essa organização que está sendo construída no estado, e por essa luta importante para os trabalhadores da Segurança Pública, ou seja, os praças e bombeiros que merecem a nossa atenção pelo trabalho que prestam à sociedade catarinense.

Parabéns pela eleição e pelo grande trabalho que está sendo realizado no estado.

Nós entendemos que, se fosse uma entidade que não tivesse essa função e esse papel de luta, de resistência, com certeza a eleição poderia acontecer tranquilamente, inclusive dentro dos quartéis. Mas é para uma entidade que tem uma posição clara e não tem lado. E por isso essa perseguição, não deixando acontecer nenhuma eleição dentro do processo democrático.

Nós conquistamos a democracia no país a duras penas, após o grande e trágico momento da ditadura brasileira, da qual ainda hoje temos resquícios muito fortes na nossa sociedade. E uma prova é o setor de segurança pública, o setor militar, que ainda não avançou para um processo maior de abertura - está como vivíamos na época da ditadura.

Por isso quero parabenizá-lo por essa luta, assim como a toda a equipe da Aprasc, que tem feito um trabalho extraordinário e vem-se organizando nas regiões, a exemplo de outras organizações, sejam do funcionalismo público, como também do conjunto dos trabalhadores.

Semana passada foi prestada aqui uma grande homenagem às centrais sindicais pela luta do piso regional, que também foi marcante para Santa Catarina. Foi uma das únicas vezes em que as centrais sindicais se unificaram para fazer uma luta importante, melhorar o piso salarial dos trabalhadores catarinenses.

A economia, junto com o Brasil, está crescendo, desenvolvendo-se e favorecendo-se nessa estratégia que o Brasil adota, mas a renda não está sendo dividida com os trabalhadores. E o salário do trabalhador, seja do serviço público ou da iniciativa privada, é parte dessa perspectiva de distribuição de renda. Quanto mais achatado for o salário do trabalhador, mais concentração de renda acontece. Então, a luta e a mobilização são importantes.

Mas falando aqui em trabalhadores, quero registrar, mais uma vez, o grande momento de ontem à noite, neste plenário, quando foi realizada, por proposição deste deputado, uma sessão especial em homenagem à nossa Cooperativa da Habitação da Agricultura Familiar. Falamos nossa porque, como agricultor familiar e também como dirigente sindical durante muitos e muitos anos, ajudamos a construir essa entidade. Aliás, além da Fetraf/Sul, outras cooperativas associativas vêm dando, pelo sul do Brasil afora, grandes exemplos, principalmente na luta por políticas públicas. É uma experiência extraordinária está sendo construída pela nossa Cooperhaf, a Cooperativa da Habitação da Agricultura Familiar.

Ontem à noite foram homenageadas aqui, além da Cooperhaf, a Fetraf/Sul, a Caixa Econômica Federal e também a nossa Cooperativa de Crédito Solidário, a Cresol. Essas são entidades parceiras que estão, juntamente com a Cooperhaf, fazendo esse grande trabalho. Hoje já estão organizadas em 450 municípios do Brasil, mas essa experiência nasceu aqui no sul, em 2001, e apenas no estado de Santa Catarina já foram atendidos mais de nove mil agricultores e agricultoras catarinenses com habitação, com casas. Essa experiência não trabalha só a casa; ela trabalha muito mais do que isso, trabalha o embelezamento da residência, o jardim, o pomar, a produção, a organização dos agricultores, através do programa Caprichando a Morada.

Então, com certeza foi um grande evento e este plenário e as galerias foram ocupadas por lideranças, agricultores, deputados, grande número de prefeitos, vereadores e dirigentes sindicais, entre outros.

Portanto, agradecemos a presença de todos nesta Casa. E esse trabalho que as organizações fazem tem que ser, com certeza, reconhecido por este Poder Legislativo.

Mas queremos aqui também, no dia de hoje, tratar de um tema que nos preocupa bastante e que é alvo de num debate extremamente caloroso e importante no estado de Santa Catarina, que é o tema da municipalização do ensino fundamental.

Houve mais uma audiência pública, hoje pela manhã, no Parlamento catarinense, com uma participação muito grande da sociedade catarinense, devidamente representada pelos prefeitos, vereadores, sindicalistas, professores etc. E o que ficou mais uma vez claro é que o Projeto de Lei Complementar n. 0014/2009, que municipaliza a educação fundamental, assim como seu substitutivo global, que estão em tramitação nesta Casa, não podem ser aprovados. A sociedade catarinense, as entidades e também as próprias prefeituras estão com dúvidas com relação aos custos, pois não sabem se o estado vai continuar a participar do financiamento do ensino fundamental.

Deputado Joares Ponticelli, outros deputados se pronunciaram hoje pela manhã e ficou clara essa questão, deputado, de que há muita confusão. Com o que não se concorda é que o estado repasse mais um serviço para o município e não ajude a financiá-lo. Já temos a Epagri e a Cidasc, já temos os convênios com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, e por aí afora. Agora vem o problema da questão ambiental, porque a Fatma não está dando conta dos trabalhos nos municípios. E querem passar mais um serviço para os municípios, ou seja, o ensino fundamental?!

Afinal, srs. deputados, qual é o papel do estado? Essa é a grande pergunta que se faz. Se é para passar tudo da união e para os municípios, qual é a função dos estados?

Então, a partir das Conferências Estaduais de Educação, da Conferência Nacional de Educação, é preciso construir uma estratégia educacional. E governo Lula está numa perspectiva muito positiva de que precisamos construir uma estratégia educacional que vá de Brasília até os municípios. Esta é uma questão necessária no Brasil: uma política pedagógica. E, além disso, fazer a recuperação salarial, melhorar a condição de trabalho dos professores na área da educação - e é lamentável o tratamento tanto salarial, mas também de outras formas de tratamento -, em respeito a esses bravos cidadãos catarinenses que trabalham na educação.

Por outro lado, vemos um investimento importante que está sendo feito pelo governo federal: a criação da nossa Universidade Federal Fronteira Sul, a ampliação da UFSC para o interior do estado e a criação reiterada de novas escolas técnicas públicas e gratuitas. Enquanto isso, o governo do estado lava as mãos.

Então, esse projeto não pode continuar tramitando. Estamos pedindo, como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, que o governo retire esse projeto para, no futuro, dialogarmos sobre essa política. Não concordamos que seja municipalizado o ensino fundamental.

Ontem houve a reunião do Conselho de Alimentação Escolar, na secretaria da Educação, e os técnicos deram como certa a privatização da alimentação escolar, infelizmente. Não concordamos com a privatização porque, na nossa avaliação, virá junto o processo de privatização da educação. Com a municipalização, num segundo momento virá a privatização.

Os municípios não vão dar conta! Há o ensino infantil para os municípios assumirem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, do Partido dos Trabalhadores, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, srs. parlamentares, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Deputado Jailson Lima, v.exa. irá fazer uso da palavra no horário do Partido dos Trabalhadores e certamente trará a esta Casa as denúncias que a imprensa nacional tem feito ao governador do Distrito Federal, um homem que estava sendo cogitado para ser vice-presidente na chapa do governador José Serra nas eleições presidenciais de 2010.

Então, vou deixar v.exa. fazer o pronunciamento em nome de nossa bancada e com certeza teremos bons momentos, boas oportunidades, de travar um debate sobre o financiamento público de campanha, sobre as denúncias ao DEM, ao dinheiro na meia para fazer um pé de meia, e outros recursos. Por isso, haverá um bom debate, uma boa discussão, aqui.

Em segundo lugar, quero fazer uso da tribuna - e foi isso que me motivou a usar a palavra no horário dos deputados, do ponto de vista mais individual, para manifestar as suas lutas - para dizer que o deputado Décio Góes propôs a realização de uma audiência pública na comissão de Finanças e Tributação para discutir a municipalização da educação. O deputado Vânio dos Santos, que substitui o deputado Décio Góes, ajudou na mobilização e a comissão de Educação também se envolveu, no sentido de discutir o futuro da educação em Santa Catarina.

Enquanto as Conferências Municipais, as Conferências Regionais, a Conferência Estadual e, certamente, a Conferência Nacional de Educação, em final de março de 2010, discutem a nacionalização da educação, a formação dos professores no plano nacional, o fortalecimento do piso nacional, o currículo nacional, o financiamento nacional em regime de colaboração com estados e municípios, um sistema nacional articulado de educação para o país, porque hoje não existe um sistema nacional, e muito menos articulado, o governo do estado insiste em aprovar, no âmbito desta Casa, a municipalização do ensino infantil e, de modo particular, do ensino fundamental.

Apesar de todas as críticas produzidas e emitidas ao projeto original do governo do estado que aportou a esta Casa, o governo articula um novo substitutivo global e apresenta, com teimosia e irresponsabilidade, a esta Casa novamente.

Por que irresponsabilidade e por que teimosia? Em primeiro lugar, porque não há consenso nem na base do governo. Em segundo, porque o governo afirma que construiu um acordo com a Undime e com a Fecam. Mas o que ouvimos ontem, no 7º Congresso Catarinense de Municípios - e tive a maior alegria de haver participado não só da abertura, mas também do debate sobre a municipalização, até porque, quando prefeito de Chapecó e presidente da Fecam, concebemos e construímos o 1º Congresso Catarinense de Municípios - é muito diferente daquilo que o governo afirma.

Ouvi o secretário da Educação falar no congresso da Fecam, ser questionado pelos

prefeitos e daí começar a revelar, a expor os problemas do novo projeto. Os próprios prefeitos questionaram três pontos centrais do novo substitutivo global. Primeiro, municipaliza todas as escolas municipais ou pode municipalizar uma por vez? O secretário foi taxativo ontem e hoje: ou municipaliza tudo, ou municipaliza nada! Portanto, resistência da Undime e dos secretários municipais de Educação.

O segundo ponto questionado pelos prefeitos acerca do substitutivo global é o financiamento. O governo do estado retirou o art. 7º do projeto original, que previa o desconto do FPM pelo pagamento dos professores da rede estadual em escola municipalizada, substituiu-o por um dispositivo genérico, segundo o qual o município tem que ressarcir o estado pelos professores cedidos, o que poderá ser, pelas palavras do próprio secretário da Educação, descontado do transporte escolar. Portanto, o prefeito vai pagar, na municipalização, a conta dos profissionais.

A terceira questão é que o governo estadual quer municipalizar o ensino fundamental em 2010, ao passo que o Fundeb vai ser repassado para as prefeituras somente em 2011.

Então, esses são os três problemas identificados como problemáticos pelos prefeitos.

Quero registrar a lucidez do secretário municipal de Educação da cidade de Florianópolis, do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e presidente da Undime, Rodolfo Pinto da Luz, que disse com todas as letras: "É prudente que os prefeitos se preocupem com a educação infantil, porque a educação infantil é responsabilidade das prefeituras, o ensino fundamental é compartilhado entre o governo do estado e os municípios. Consequentemente, o governo do estado pode continuar oferecendo ensino fundamental."

É bom ressaltar que, mais do que nunca, a preocupação do secretário tem legitimidade, porque o Ministério Público vai cobrar dos prefeitos a ausência de creches, a ausência de vagas na educação de zero a três anos. De quatro a seis anos nem se discute, porque será, inclusive, obrigatória a partir de 2016. Até 2016 tem que completar 100% de acesso universal de quatro a seis anos. Além do ensino médio também ser obrigatório de quatro a 17 anos.

Há prefeitos, hoje, que estão oferecendo educação infantil, de zero a seis anos, a 50% das crianças; os outros 50% delas têm direito à educação infantil e a prefeitura tem que providenciar, porque senão vira privilégio: apenas uma parte tem educação infantil e a outra parte não. Por isso, no regime de colaboração, o que nós queremos discutir aqui é qual será a contribuição do estado na municipalização da educação infantil.

Quando fui prefeito de Chapecó, a prefeitura tinha que bancar o salário do professor, a merenda e o transporte escolar. Com o governo do presidente Lula, criou-se o Fundeb. Mesmo que nós elogiemos o Fundeb, R\$ 0,90 ainda são insuficientes para tempo parcial, assim R\$ 1,10 custo aluno/ano na educação infantil também são insuficientes. Portanto, as prefeituras vão continuar pagando parte da conta da educação infantil.

Nessa direção é que nós queremos colocar que as prefeituras têm a obrigatoriedade da educação infantil, mas temos que discutir o regime de colaboração. Qual a contribuição do governo do estado, qual a contribuição do governo federal na universalização da educação infantil? Portanto,

que o governo do estado deixe de ser irresponsável, de querer lavar as mãos e de transferir a responsabilidade para as prefeituras, para os prefeitos pagarem a conta.

Os professores da rede estadual não querem a municipalização. É como uma pessoa querer casar com uma mulher e ela não querer. Como aceitar isso? Os professores não querem! Imaginem um professor desmotivado ir para a rede municipal! O prefeito municipalizando e o professor não aceitando! Como vamos garantir a motivação e a qualidade na educação? E nem os professores da rede municipal querem a municipalização do ensino fundamental da rede estadual. São redes distintas, carreiras distintas, salários distintos, pedagogia distinta. Portanto, temos que dar um basta! O governo tem que retirar esse projeto imediatamente, inclusive o substitutivo global.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Estava atentamente ouvindo o pronunciamento de v.exa., que externou algo que deve ser o norte de orientação dos prefeitos: não se trata de transferir a responsabilidade, mas de compartilhar a responsabilidade. Compartilhamento agora deve ser a palavra de ordem, tanto para o prefeito exigir parceria do governo estadual e do governo federal, quanto dos outros governos também o fazerem. A educação infantil tem que ser compartilhada e não transferida.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Portanto, o regime de colaboração tem que ser discutido em nível nacional.

Governo do estado! Espere a Conferência Nacional de Educação, espere as orientações nacionais e não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

Antes, porém, queremos registrar a presença do prefeito da cidade de Ibiama, sr. Nelson Mário Grassi; do vice-prefeito Eugênio Victorio Rossato e do vereador Nadir Baú da Silva, da cidade de Tangará; do vice-prefeito Sebastião Altavir Ferreira e do sr. Agacil Alves Cavaleiro, da cidade de Três Barras; assim como da vereadora Elaine Prochnow Ramos, da cidade de Agrolândia, do Partido dos Trabalhadores.

Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de também registrar a presença do vice-prefeito Sebastião Altavir Ferreira, de Três Barras, meu amigo de infância. Seja bem-vindo a esta Casa e sintá-se à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos.

Continua com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero também

cumprimentar as nossas lideranças das cidades de Ibiama, Tangará e Três Barras, que participam da sessão de hoje e com quem vamos conversar daqui a pouco.

Deputado Pedro Uczai, estamos precisando de duas sessões por dia para dar conta dos assuntos que temos que repercutir nesta Assembleia Legislativa, tamanho é o volume de desmandos que o atual governo, nesse tempo de fim de feira, está provocando. Inclusive, as matérias do jornalista Roberto Salum estão entrando na fila e a última que iremos repercutir amanhã será a denúncia de crime ambiental praticado pelo secretário de Segurança Pública. Até crime ambiental o secretário de Segurança Pública já está praticando! Talvez por isso é que a violência esteja descentralizando-se e espalhando-se por toda Santa Catarina.

Mas naturalmente o assunto que iremos falar hoje é sobre a audiência pública da qual v.exas. participaram na manhã de hoje, deputados Kennedy Nunes, Lício Mauro da Silveira e Pedro Uczai, para tratar do PLC n. 0014/2009. Não posso abordar outro assunto, que não aquele objeto de uma audiência pública, talvez a mais movimentada que esta Casa já realizou neste ano de 2009. E se a estratégia do governo foi mudar a data para tentar antes fazer o convencimento dos prefeitos que estavam participando do evento da Fecam ontem, tanto que grande espaço do auditório estava reservado aos prefeitos e secretários, que eventualmente pudessem manifestar-se na defesa do PLC n. 0014/2009, o que vimos hoje foi exatamente o contrário, deputado Sargento Amauri Soares, pois tivemos um auditório superlotado, com mais de 550 pessoas participando, quase 200 pessoas aqui fora acompanhando pelos telões. E mais! Praticamente a unanimidade posicionou-se de forma contundente e terminantemente contra esse projeto.

O que não consigo entender é o verdadeiro objetivo do governo em insistir na aprovação desse projeto, colocando os parlamentares da base do governo em situação de constrangimento, deputado Padre Pedro Baldissera. Os próprios líderes do governo, primeiramente Herneus de Nadal e agora Elizeu Mattos, não são favoráveis. Vejam que este projeto é da época em que o deputado Herneus de Nadal era líder do governo. Agora s.exa. está no Tribunal de Contas do Estado. O projeto tramita desde aquela época, deputado Lício Mauro da Silveira!

Srs. deputados, não podemos esquecer que essa matéria entrou aqui no apagar das luzes do primeiro semestre e veio em regime de urgência, uma matéria complexa como essa! E foi a ação do deputado Elizeu Mattos que permitiu a retirada do regime de urgência. Depois tivemos as duas audiências públicas, a de Chapecó e a de Lages, onde o governo começou apanhando na canela e terminou levando um chute no céu da boca, tamanha foi a unanimidade contra o projeto.

Mas continuou insistindo, pois hoje fomos surpreendidos, lá na audiência pública, com um substitutivo do qual não tínhamos conhecimento, como integrantes da comissão de Constituição e Justiça que somos, aonde chegam inicialmente todas as matérias.

É preciso reconhecer, deputado Lício Mauro da Silveira, que no substitutivo há alguns avanços, sim. Vamos fazer esse reconhecimento aqui. Mas isso não justifica o afogadilho da discussão de uma matéria de tamanha complexidade. Os que me antecederam foram muito felizes, ou seja, isso significa transferir ônus para os municípios, mais uma vez.

Os municípios já não conseguem mais dar conta das demandas que têm. Temos que acabar com essa prática de transferir cada vez mais ônus para os municípios sem que os bônus acompanhem essa transferência de responsabilidades. Os municípios já estão com dificuldades, com a obrigação de oferecer a educação infantil sem o devido financiamento dessa responsabilidade. Duvido que haja só um município no estado que não tenha, deputado Ismael dos Santos, deficiência de vagas para atender à educação infantil.

Ora, aqui há prefeitos e vice-prefeitos que sabem que isso é uma realidade em qualquer município do estado. Os municípios ainda não conseguiram adequar-se para atender a sua demanda, a sua responsabilidade constitucional da educação infantil. E agora transferiram mais essa responsabilidade.

Ontem, pelo que me consta, no evento da Fecam, foi oferecido o céu. Mas vimos que o que está no corpo da lei não é nada daquilo. O dinheiro vai chegar depois da responsabilidade ser assumida. Quer dizer, é o estado novamente querendo passar a sua responsabilidade para os municípios. O estado não se ajustou, não se adequou, não se preparou para atender à demanda do antigo ensino médio, por isso quer transferir o ensino fundamental para os municípios, o que é uma irresponsabilidade do governo do estado que não fez um planejamento.

Repito o que disse na manhã de hoje na audiência pública: antes de tratar desse problema há outras demandas do Magistério, pois o governo está chegando na reta final, depois de sete anos de administração, e ainda não conseguiu pagar as promessas, os compromissos fortes que assumiu.

Lembramos, por exemplo, deputado Kennedy Nunes, que o principal compromisso do então candidato Luiz Henrique da Silveira era, se eleito fosse, equiparar o salário do professor do estado ao salário do professor do município de Joinville. E a realidade que temos hoje é que o professor do município de Joinville está ganhando praticamente o dobro do que ganha um professor da rede pública estadual. Depois disso há a dívida de sete anos da inflação, da reposição das perdas salariais.

Os servidores públicos - e aí incluindo o Magistério - acumulam perdas na ordem de 42% nesse período que o governo não resolveu nada, deputado Padre Pedro Baldissera. E essa dívida não é só com o pessoal da ativa, também é com o professor aposentado, com os servidores aposentados.

Mas surpreendo-me, às vezes, quando ouço deputados estaduais virem aqui cobrar - e eu também cobro - esses equívocos que o Congresso Nacional tem cometido em relação ao fim do fator previdenciário. E é verdade, o Congresso Nacional está errando muito, judiando muito dos aposentados deste país, por conta daquele maldito fator previdenciário, mas esquecem-se, esses deputados, que integram a base do governo, que os aposentados do estado de Santa Catarina estão em situação falimentar também. Os servidores aposentados, nesses sete anos, receberam 1% de perda em 2003 e mais R\$ 100,00 de abono. A situação do servidor público aposentado de Santa Catarina é a pior de toda a sua história, ele não pode fazer greve e não tem poder de pressão que as outras categorias têm.

Além do mais é preciso discutir a verdadeira descentralização da educação, que é mandar o dinheiro do uniforme, por exemplo, para cada escola fazer o seu, contratar lá na própria comunidade ou no município, e não ficar distribuindo uniforme "sovietizado", todos

iguais, só em ano de eleição, comprado de empresas de São Paulo e Pernambuco. Depois que mudarem essas questões poderemos avançar, enquanto isso não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. e sras. parlamentares, quero aqui, nesta tarde, falar a todos aqueles que nos acompanham no plenário e em suas residências pela TVAL sobre vários assuntos da comunidade.

Gostaria, obviamente, de iniciar com o assunto que talvez seja o que mais já falei desta tribuna, srs. parlamentares, e não posso deixar de fazê-lo novamente.

Todos os deputados estaduais aqui andam muito na estrada e com certeza, deputado Ismael dos Santos, uma das estradas mais transitadas por esses parlamentares é a BR-470. Todos nós ouvimos e estamos insistentemente ouvindo novelas e novelas, promessas e promessas sobre a duplicação da BR-470.

Eu quero aqui parabenizar o *Jornal de Santa Catarina* e ler o que o próprio jornal disse aos parlamentares:

(Passa a ler.)

"Um passo para frente e dois para trás. Assim caminha o processo de duplicação da BR-470 entre Navegantes e Indaial. A obra prevista para começar nos primeiros meses de 2010, como prometeu a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em entrevista ao *Painel RBS*, em maio de 2008, foi prorrogada para o primeiro semestre de 2011. Os motivos do atraso são o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e o projeto executivo." [sic]

Srs. parlamentares, novamente o cronograma da duplicação da BR-470 foi atrasado, foi prorrogado, e o estudo do impacto ambiental, cuja entrega foi prometida, em julho de 2009, foi novamente, srs. parlamentares, prorrogada, agora para abril de 2011. Já o projeto executivo, que estava previsto para o início do mês de novembro deste ano, agora que venceu o prazo, foi previsto para abril de 2011. Ou seja, é mais uma enganação para a população brasileira. Infelizmente o governo brinca com a comunidade do vale do Itajaí, e engana cada vez mais.

Eu não duvido que usem isso no palanque, como promessa eleitoral, e vão dizer que se ganharem as eleições, irão fazer a obra no início do próximo ano. Não duvido que utilizem novamente a BR-470 como mais uma promessa de palanque! Por isso não posso aqui deixar de manifestar o meu repúdio ao DNIT, a todos os envolvidos no processo, pois estão atrasando a obra. E o processo do estudo de impacto ambiental tem um atraso não de um mês, de dois ou de três meses, mas de quase dois anos, o que é algo lamentável!

Mas ainda bem que nesta tarde não falarei só de coisas ruins, também vou falar de coisas boas. Tive a oportunidade de participar, deputado Jailson Lima, v.exa. que é do alto vale, de uma cerimônia em que o Deinfra fez a entrega do sistema de monitoramento e acionamento via satélite das barragens do alto vale: a de José Boiteux, a de Taió e a de Ituporanga. E aquelas barragens realmente agora, tendo um processo extremamente moderno, um processo inédito no país,

recebem definitivamente esse serviço por satélite, um acompanhamento, um monitoramento de 24 horas, o que dará mais segurança, mais tranquilidade para toda a comunidade, no que tange à questão das barragens do alto vale, o que com certeza terá um papel fundamental.

Esse processo de monitoramento tivemos a oportunidade de iniciar quando éramos secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Não só o monitoramento, não só a vigilância, mas também a própria recuperação, as obras civis que tiveram que ser feitas naquelas barragens para que as pessoas possam ter mais segurança com relação à sua operação, além do sistema que a Furb implantou, srs. parlamentares, de análise do nível do rio, para poder até fazer a previsão do nível com cerca de dez horas de antecedência.

Ainda há muita coisa a ser feita, há muitos passos a serem dados, até que possamos ter definitivamente essa questão da prevenção das cheias controladas no vale do Itajaí. Mas esse processo de monitoramento e acionamento via satélite, que foi entregue hoje à comunidade, realmente é um passo inédito e muito importante para todos nós.

Eu gostaria de encerrar o meu pronunciamento, e não poderia fazer de forma diferente, parabenizando o presidente estadual do Democratas, senador Raimundo Colombo, por ter tomado publicamente uma posição e por ter mostrado a sua conduta, a sua ética com relação ao processo que envolve o governador José Roberto Arruda, antecipando a sua posição de que é favorável à sua expulsão imediata.

Quero parabenizá-lo por sua coragem e postura, mostrando que, acima de tudo, mantém os seus princípios éticos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, não importa se o dinheiro da corrupção está escondido na meia ou na cueca, pois corrupção é corrupção. E não há o que explicar, há o que lamentar. Sem dúvida alguma que a ética da política brasileira ficou mais pobre neste final de semana.

Mas quero parabenizar o senador Raimundo Colombo por essa atitude rápida, asceta, porque, afinal de contas, sem transparência, sem ética e sem moralidade não há futuro.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu tenho certeza, deputado Ismael dos Santos, que a postura do senador Raimundo Colombo não é uma postura isolada, é a postura do nosso grande líder em Santa Catarina. E eu tenho certeza também de que essa mesma postura é seguida pela bancada e pelos filiados do DEM no estado de Santa Catarina, que não podem admitir nem aceitar as imagens que nós vimos.

Por isso, como v.exa. falou, não existe local, pode ser na cueca, na meia, corrupção é corrupção. O que importa é a postura que temos que adotar e a postura do senador realmente não deixa dúvidas quanto à sua conduta, a sua ética, à sua moral e quanto, acima de tudo, aos princípios que vêm conduzindo o nosso partido neste estado.

Então, eu gostaria de efetivamente parabenizar o senador Raimundo Colombo pela postura clara, rápida e objetiva a favor da expulsão imediata do governador José Roberto Arruda.

Muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos estão assistindo, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Aleesc Digital, gostaríamos de dizer que este foi um final de semana de muito trabalho no planalto norte, que é representado nesta Casa por este deputado e pelo deputado Sílvio Dreveck.

Estivemos, na quinta-feira de manhã, em Porto União, cidade fronteiriça com o estado do Paraná, fazendo uma visita ao Colégio Cosmos, uma escola particular, ocasião em que foi apresentado um bonito projeto sobre abelhas, que mostra como se faz o mel, o seu uso na alimentação, pois é um rico alimento. O Brasil exporta muito mel para a Europa e para os Estados Unidos. Ficamos muito bem impressionado com a forma como aquela escola está conduzindo os seus alunos, preparando-os para o futuro.

Parabéns ao prefeito Renato Stasiak, de Porto União, prefeito competente, que faz a sua lição de casa, que aplica bem o dinheiro naquele município. Temos certeza de que aquela escola, através da diretora e do seu corpo de professores, faz a diferença naquele município. Parabéns, Porto União!

Também estivemos em São Bento do Sul, porque em prol daquela população travamos uma grande batalha, a fim de conseguir um caminhão especializado no combate a incêndios para o Corpo de Bombeiros do município. Creio que hoje São Bento do Sul é o município do planalto norte que tem o Corpo de Bombeiros mais bem equipado. Nada mais justo, pois é o município que tem a maior população e para onde levamos, como deputado estadual, mais subvenções.

Deputado Sílvio Dreveck, estamos dando um auxílio ao município de São Bento do Sul, fazendo com que suas entidades tenham condições de receber ajuda do governo. Lá está sendo construído um elevado na BR-280, que fará muita diferença no trânsito de Florianópolis a Porto União. Não estamos querendo dizer que aquele elevado vai resolver o problema, pois temos que criar um desvio na BR-280 para que o tráfego possa fluir normalmente.

Também naquele município fizemos a entrega de várias subvenções, entre elas uma para a Associação de Karatê e Tae Kwon Do; outra entidade beneficiada recebeu mais R\$ 6 mil e na semana passada outra entidade também recebeu. Essas subvenções vêm do Fundo Social, que foi criado pela descentralização do governador Luiz Henrique da Silveira, que fez com que nós, do planalto norte, recebêssemos várias obras em forma de escolas, de ginásios de esportes, de acessos asfálticos para todos os municípios. Aliás, no planalto norte todos os municípios já têm acesso asfáltico e temos certeza de que o nosso governador vai cumprir a sua promessa fazendo com que Santa Catarina seja o único estado brasileiro a ter acesso pavimentado a todos os municípios.

Participamos também, em Bela Vista do Toldo, Canoinhas e Três Barras, da inclusão de mais de 70 famílias no programa Luz Para Todos. E cada vez mais pessoas terão acesso à energia elétrica, porque assim estaremos fazendo com que todas as casas tenham esse benefício em Santa Catarina.

No planalto norte é visível a diminuição do número de casas no interior sem energia elétrica e isso graças ao grande programa do governo federal e do governo estadual, que fazem, através da Celesc, esse grande trabalho levando modernidade e conforto às localidades mais longínquas da nossa Santa Catarina.

Tivemos também, em Canoinhas, um encontro da Adosarec, que é a associação de Santa Catarina que mais doadores de sangue possui, quatro mil! Vou repetir, a Adosarec tem quatro mil doadores, além de ter o maior doador individual de sangue do mundo e um grande patrimônio: a solidariedade no sentido de ajudar as pessoas, no sentido de salvar vidas. Esse patrimônio, deputado Sílvio Dreveck, estamos levando para São Bento do Sul e estamos torcendo para que a Associação de Doadores de São Bento do Sul se transforme também num ícone, agregando, percentualmente, o maior número de doadores de sangue do Brasil.

Nós temos certeza de que o planalto norte vai continuar crescendo, por isso torcemos para que vários municípios, junto com a Adosarec, junto com o maior doador de sangue do mundo, continuem fomentando a doação de sangue, a solidariedade humana.

Nós tivemos também, ontem à noite, em Canoinhas, uma grande reunião do Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência -, na qual nada mais, nada menos do que 937 alunos e seus pais estiveram presentes no ginásio de esportes do Colégio Sagrada Família. Estiveram lá também: o comandante da Polícia Militar, um comandante competente, ágil, que integra a PM com a população; o prefeito em exercício, Beto Farias; o representante do governador Luiz Henrique da Silveira, a gerente de Educação, Francisca Stocker Maiorki. A garotada recebeu uma camiseta do Proerd, que foi doada pela Cia. Canoinhas de Papel, cujo preposto lá esteve representando Rafael Miranda da Silva, que é o presidente da Associação Comercial de Canoinhas.

Esse tipo de reunião é muito importante porque as crianças são motivadas a não usar drogas. E nós repetimos essa ideia através de audiência pública realizada nesta Casa pelos srs. deputados, ocasião em que foi falado sobre a prevenção das drogas nas escolas, principalmente o crack, que é uma droga sem volta, pois após cinco anos um terço das pessoas que usam essa droga vão a óbito.

A Segurança Pública é responsável pela prisão, sem dúvida alguma, do traficante, pela repressão e também pela educação. Por isso temos que fazer com que essa área, através do nosso secretário Ronaldo Benedet, continue fazendo o seu trabalho.

A Saúde tem a importante função de curar os drogados. Para isso é necessário um grande aporte de recursos para a construção de abrigos para internação dos doentes com psicólogos, médicos, professores e funcionários que cuidem realmente do dependente químico.

Os CAPs estão trabalhando no estado de Santa Catarina, mas precisamos que lhes sejam destinados mais recursos, precisamos de melhores condições para que possam atender a nossa população.

Ainda quero mencionar o título de Cidadão São-bentense concedido ao deputado Mauro Mariani no dia de ontem. Com certeza uma grande honra, porque nós, que já recebemos o título de cidadão honorário de vários municípios, sabemos o quão emocionante é uma solenidade dessas, pois é o reconhecimento de uma comunidade pelo trabalho que realizamos nos municípios.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Quero registrar a presença, nesta Casa, de Odair José de Oliveira Costa, vereador da cidade de Agrolândia.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, desta tribuna, congratulá-lo com o desembargador Lédio Rosa de Andrade, pelo lançamento ontem, nesta Casa, do livro *Abaixo as ditaduras!* e pela comemoração, anteontem, dos 30 anos da Novembroada em Santa Catarina.

Eu, como deputado desta Casa Legislativa, como vereador que fui em São José, ainda lembro das minhas falácias como vereador, sobre política ou políticos para a juventude que não se interessa por esse assunto e que ainda, como diz o outro, franze o nariz. Na época perguntei aos jovens se haviam ouvido falar da Novembroada, em Florianópolis, e eles disseram que não! E aí eu expliquei. E continuei explicando, como deputado, como fiz na última sexta-feira, na cidade de Três Barras.

Enfim, como homens públicos devemos ter isso muito fresco na nossa mente, ou seja, de que muitas e muitas pessoas lutaram bravamente para que pudéssemos vivenciar este momento.

Amigos, não devemos esquecer que Santa Catarina foi realmente o ponto de partida para todo o processo que ocorreu para a retomada do regime democrático neste país, para a volta das eleições diretas. Digo isso desta tribuna, com a certeza, com a convicção de quem vivenciou aquele momento. Eu não estava presente, mas cheguei duas horas depois, quando o tumulto ainda estava presente na praça XV de Novembro, em Florianópolis. Diga-se de passagem, que fiquei espiando meio de longe.

Digo, com certeza absoluta, que muitos homens públicos que por esta Casa passaram realmente tiveram, naquele momento, muito a ver com esse regime de liberdade que temos em nosso país. Muita gente buscou essa liberdade, essa democracia, a liberdade em todos os níveis, extrapolada, diga-se de passagem, mas lamentavelmente ainda tivemos que vivenciar na vida pública o que aconteceu em Brasília, precisamente no governo do Distrito Federal.

Já presenciámos a bagunça do dinheiro na cueca, agora na meia e em tudo que é canto. E pensei que não vivenciáramos mais esse tipo de coisa, confesso. Pensei que os homens públicos deste país teriam vergonha na cara e diriam que aquilo aconteceu por um esquema, por falta de caráter, por qualquer coisa semelhante e que daqui para frente, como homens públicos, esquivar-se-iam de situações iguais a essa. Mas lamentavelmente ainda vivenciamos pessoas que se apresentam nos meios de comunicação e colocam-se como pessoas íntegras, como pessoas que realmente estão nos seus estados para fazer tudo o que nunca fizeram, mas que na verdade o que continuam fazendo é encher os bolsos, decepcionando a sociedade, decepcionando quem faz política com caráter, com luta, com labuta, no dia a

dia, tentando colocar a juventude no processo político.

Digo aos jovens como é importante fazer política, que quero ver um país consolidado, uma país no qual não vivenciemos mais aquele momento de um cidadão lá, suponhamos, de Maravilha, não conseguir vir a Florianópolis fazer um exame, pois o prefeito não consegue uma passagem, porque não é do seu partido político. Eu tenho tentado fazer política no sentido de que aquele que necessita de qualquer tipo de atendimento médico não seja discriminado, uma vez que a classe média deste país tem plano de saúde, por mais irrisório que seja, porque sabe que o SUS não funciona. Mas as pessoas que não têm nenhuma oportunidade, que só têm o SUS, são colocadas em segundo plano.

Infelizmente, vemos homens inescrupulosos pegarem o dinheiro e ainda orarem. E todos nós, deputados, somos colocados dentro desse contexto quando se fala de política. Isso dói muito.

Então, srs. deputados, quero continuar, ao menos, desta Casa e desta tribuna, alertando. O PSDB errou no passado? Errou e tem que pagar pelo seu erro. O PMDB errou e tem que pagar pelo seu erro. O PT, que está no governo agora, continua errando. Inclusive, o presidente Lula declara aos meios de comunicação que aqueles vídeos apresentados não falam por si e não servem de prova. O presidente do nosso país! E a sociedade tem por ele uma credibilidade muito grande.

Srs. deputados, srs. telespectadores da TVAL, fica aqui, independentemente de partido político, o meu repúdio. Espero que a Justiça seja muito ágil e mande essa gente para casa. E se o Democratas for um partido decente, mandará o governador e todos eles para casa imediatamente.

Quanto àquele cidadão que participava da falcatura e filmou tudo, que agora, indiciado no processo, vem trazer essa patifaria à tona, não tem que ter liberdade nenhuma. Ele deve ser o primeiro a ir para a cadeia. E amanhã deveria ir o governador de Brasília e toda a sua trupe, que roubam o dinheiro que deveria estar na Saúde e na Educação, que deveria estar salvando muitos jovens da droga. Jovens que não conseguem ingressar no mercado de trabalho porque, lamentavelmente, a corrupção consegue levá-los mais facilmente.

Quando uma mãe procura um deputado para internar um filho, para salvá-lo ou qualquer coisa semelhante, não consegue, porque o deputado não abre o seu coração para fazer por conta própria, já que o estado não tem estrutura para dar atendimento.

Então, srs. deputados, peço desculpas ao deputado Serafim Venzon e ao deputado Dirceu Dresch por não lhes conceder um aparte, mas fica aqui o meu repúdio por tudo isso que ainda continua acontecendo neste país. Espero ver isso acabar um dia.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Os meus cumprimentos aos companheiros desta Casa.

O deputado José Natal fez uma intervenção clarividente, indignada, que deixou até 45 segundos sobrando quando poderia ter dado um aparte ao deputado Serafim Venzon. E já que o deputado José Natal falou sobre

esse assunto, eu gostaria que a assessoria providenciasse a execução da gravação das cenas de corrupção do governador do Distrito Federal.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Não é mais dinheiro na cueca, agora é dinheiro com chulé. Vamos ter que começar a usar muita arruda na orelha para apagar isso do cenário brasileiro.

Quando vemos essa cena nos jornais nacionais, com essa quadrilha instalada no Distrito Federal e o governador recebendo dinheiro dizendo que era da época de campanha; se observarmos isso do jeito que está, deputado José Natal, com o governador de Brasília dizendo que era para comprar panetone, é porque na campanha no Distrito Federal não se distribuiu mais cesta básica, mas panetone.

Temos que fazer questionamentos sobre a ética na política como um todo. E não quero dizer que no meu partido, o Partido dos Trabalhadores, em toda a sua história, não houve desvios. Houve e aqui fomos críticos.

Agora, em 2009, há três meses, a Polícia Federal fez gravações do próprio governador, como estamos observando, falando da distribuição de recursos para a base aliada e para o secretariado. Vemos com muita infelicidade que isso acontece na política e parabenizamos quem define e defende a expulsão do governador José Roberto Arruda, porque não tem que haver questionamento nem hipótese de se imaginar que ele não deva ser expulso, por maior que seja a figura política.

Infelizmente, esse tipo de cenário na vida pública coloca-nos, todos, na mesma vala comum, como políticos que somos.

Diz ele que o dinheiro era da campanha e que antes essa já era a prática de Joaquim Roriz que, inclusive, nas pesquisas para as eleições do ano que vem era apontado como um dos possíveis vencedores. Ainda bem que isso veio à tona, porque à medida que disseram que iriam expulsar José Roberto Arruda, ele afirmou que o dinheiro não era só para Brasília, mas para outros distritos.

É lamentável observar o secretário, o presidente da Assembleia Legislativa do Distrito Federal e mais um outro, de mãos dadas, orando. Devem estar orando para irem para o inferno, porque não é possível! Fazer uma oração para justificar a corrupção, deputado Kennedy Nunes, é um cenário inimaginável!

Agora, esse secretário que gravou tudo, com certeza só o fez devido à delação premiada, que é um acordo feito com a Justiça com quem faz a denúncia com a promessa de redução da pena. E aqui temos que enaltecer o papel da Polícia Federal, porque quando afirmam que o Brasil tem aparentemente um índice de corrupção maior, é porque hoje se apura tudo com muito mais frequência, o que no governo anterior não ocorria. Então, essa operação desencadeada pela Polícia Federal tem que ser honrosamente enalticida aqui.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, quero cumprimentar v.ex.a em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Efetivamente, hoje já há denúncias largas, profundas contra o governador e o próprio vice-governador. Inclusive, houve a denúncia de um empresário contra o vice-governador Paulo Otávio, também do DEM, de que para fazer determinadas obras cobrava 30%. Houve ainda a denúncia de um ex-

senador durante uma entrevista coletiva no dia de ontem.

Então, ainda há muita coisa por baixo desse tapete. Agora, quanto à perspectiva federal, o DEM rachou, dividiu-se. Uns querem a expulsão do governador e outros continuam defendendo que o governador tenha direito à defesa antes de qualquer encaminhamento do partido. Parece que o senador Raimundo Colombo não conseguiu que a tese da expulsão imediata saísse vencedora na reunião da executiva nacional, porque parte do DEM não é a favor da expulsão do governador do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - O interessante nesse processo é que já foi expedido mandado de prisão para 21 dirigentes no Distrito Federal e ao passarem em algumas residências, pegaram na casa de um dos diretores R\$ 700 mil, mais US\$ 30 mil, além de €5.000,00.

Então, percebo que temos que ter clareza nos encaminhamentos que devem ser dados. E tenho que enaltecer o papel da Polícia Federal nessa operação denominada Caixa de Pandora.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Passo os 28 segundos restantes a v.exa., deputado Kennedy Nunes, para que comente o absurdo que estamos vendo no Brasil.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. deputado, entendo quando v.exa. fala, mas em vez de estarmos aqui discutindo a questão do Distrito Federal, por que não discutimos se é ético ou não receber R\$ 1,2 milhão para distribuir em subvenção social aqui em Santa Catarina?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham, quero mostrar aos nobres deputados e às demais pessoas que nos acompanham uma matéria da RBS TV, do dia 20 de novembro, sexta-feira, que expressa um pouco a situação da Segurança Pública no estado de Santa Catarina e os motivos da falta de segurança.

Nós vamos mostrar, e será possível que cada um possa fazer uma análise a respeito desse assunto. Aliás, o assunto tem dado muito que falar na nossa sociedade, pois a cada semana temos novas notícias.

(Procede-se à apresentação de

video.)

Agradeço à assessoria por haver exibido essa pérola da inteligência da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, porque tem uma confissão ali, na última frase do comandante-geral: muitos se aposentam ou então são excluídos, o que na prática é a mesma coisa, aposentam-se ou vão para a reserva remunerada, ou são excluídos.

Temos falado aqui, desde o mês de março deste ano, sobre toda essa lista de policiais militares, deputados Ismael dos Santos e Pedro Uczaí, uma folha inteira. E desde o começo do ano eles estão sem trabalhar, porque o comandante resolveu colocá-los no Conselho de Disciplina. Já são 11 excluídos, mas os outros 30 e tantos também estão sem trabalhar desde o mês de fevereiro ou de março deste ano, sentados

num banquinho, de castigo, o ano inteiro. Dois deles, deputado Pedro Uczaí, são lá do extremo oeste, curiosamente, de São Miguel d'Oeste, onde houve roubo, neste ano, até de pneu de viatura na frente da delegacia. E aí a sociedade quer saber os motivos, pois o comandante, no dia 20 de novembro, disse diante de uma câmera da RBS os motivos: uns se aposentam, outros são excluídos.

Srs. deputados, faltou o comandante dizer que toda essa lista dos que estão sendo excluídos são policiais militares exemplares. E eu trouxe aqui a ficha de alguns com 20 elogios, em sete anos de serviço, por prender traficante, por apreender arma de fogo. Mas foram excluídos e estão proibidos de trabalhar. E aí a Segurança Pública vai mal, e nós falamos os motivos. O governador mandou punir exemplarmente, o comandante está seguindo à risca, deixando mais de 40 policiais militares sem trabalhar para cumprir castigo. Isso só os que estão no Conselho de Disciplina.

Essa é a realidade da Segurança Pública no estado de Santa Catarina. Enquanto isso, por estar sobrando efetivo, a Polícia Ambiental está dando incertas por aí, inclusive na fazenda do secretário...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0961/2009, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0324/2008, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino suco de uva produzido em Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczaí.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, é visível a ausência de quórum para deliberarmos sobre veto. Então, acho que há outras matérias que não necessitam de quórum qualificado, como requerimentos e indicações. Assim, elas poderiam ser votadas para darmos andamento normal a esta sessão, com exceção dos vetos, que hoje não têm condições de ser votados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Pedro Uczaí, é visível, é evidente, que temos quórum reduzido e não podemos deliberar sobre os vetos. No entanto, por obrigação regimental, eu preciso ler as matérias. E até vou deixar o encaminhamento feito a todos os srs. deputados de que amanhã, sob qualquer circunstância, nós deliberaremos sobre os vetos. Já os retiramos de pauta anteriormente, esta é a terceira semana consecutiva que eles constam da pauta.

Eu compreendo o interesse dos srs. deputados, mas estamos com pouco quórum. No entanto, estamos na antepenúltima semana de sessões legislativas e temos que votar, durante esta semana, as matérias que estiverem prontas para, na próxima semana, votarmos as matérias de origem parlamentar, permanecendo a última semana para as matérias de origem do Executivo, de forma que possamos limpar a pauta.

Havendo a concordância dos srs. líderes, vou retirar da pauta todos os projetos que necessitam de quórum qualificado, pois é visível que não há quórum hoje, e vamos

transferir a votação, já de antemão deixando claro e avisando que amanhã iremos fazer a votação dos vetos. Acho que esse tem que ser um entendimento dos srs. deputados, a fim de que tenham tempo para convocar os deputados que quiserem estar presentes, de forma que possamos avançar, porque senão iremos fazer essa postergação toda semana.

(Os líderes aquiescem.)

Estão, portanto, retirados de pauta os vetos.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0463/2009, de origem governamental, que denomina Normando Tedesco a rodovia perimetral norte de Caçador, que faz a ligação dos trechos da SC-302, Caçador/Lebon Régis e Caçador/Calmon.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0631/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão do uso de imóvel no município de Balneário Camboriú (construção de centro de convenções).

Ao presente projeto foram apresentadas emenda modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - Peço a palavra pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Pedro Uczaí.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, este projeto ficou muito tempo na comissão de Constituição e Justiça, pois não havia vontade do governo de votar e porque havia questionamento com relação ao prefeito municipal, que tinha uma posição, e o governo do estado, que tinha outra posição.

Fizemos diligências para que pudéssemos discutir e deliberar sobre a matéria e queremos saber o seguinte: regimentalmente esse projeto precisa passar nas comissões de Finanças e de Serviço Público. Podem argumentar que está fora de prazo, mas se o fizerem, a verdade é que foi o próprio governo que não deliberou e ele não caminhou para as outras comissões.

Não houve deliberação nas demais comissões, na comissão que o deputado Manoel Mota preside e na comissão de Finanças...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Pedro Uczaí, se me permite, eu vou explicar agora e v.exa. terá novamente a palavra por mais 30 segundos para contra-argumentar.

Este projeto veio para a pauta no dia 18 de dezembro de 2007, porque já havia passado pelas comissões. Houve emenda de plenário e regimentalmente voltou para a comissão de Constituição e Justiça para análise da emenda, onde foi aprovado. Assim, repito, ele já havia passado pelas três comissões quando veio a plenário no dia 18 de dezembro.

Agora, vou retirá-lo para que de fato v.exa. confira o seu trâmite. Como houve dúvida, a Presidência o retira da pauta.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Foi muito polêmico esse projeto e foi o deputado Edson Piriquito, hoje prefeito de Balneário Camboriú, quem fez um apelo neste plenário, na época, para que a matéria fosse retirada. Este deputado, como líder da bancada do PT na época, acolheu e agora quer entender um pouco melhor como é que ficou isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo a concordância dos srs. líderes e para que não haja nenhum acodamento, vou retirar o projeto da pauta e havendo a concordância das lideranças ela retornará amanhã, com a possibilidade de deliberação normal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Que venha amanhã, então, e que isso já fique estabelecido, porque está tudo atrasado, está tudo parado, por conta dessa autorização que precisa ser dada. É o progresso que está batendo à porta de Balneário Camboriú e não podemos segurar por conta de algum problema nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Nilson Gonçalves, esta Presidência esclarece que o projeto só não foi votado porque não houve interesse do Poder Executivo. A matéria já estava pronta para ser deliberada, podia ter sido votada a qualquer tempo. Esta Casa não tem nenhuma responsabilidade sobre o atraso da votação da matéria. Só não foi votada porque não havia interesse do Poder Executivo e estávamos aguardando. Agora houve e foi incluída na primeira Ordem do Dia subsequente a esse encaminhamento.

A matéria está retirada de pauta e será reincluída na pauta amanhã, se houver todo o procedimento regimental que a acompanha.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Só para esclarecer, sr. presidente, quero dizer que esse projeto, como v.exa. explicou, já estava na pauta. Nós o retiramos da pauta para haver um entendimento. Houve o entendimento, passou em todas as comissões e acho que dá para ser votado.

O deputado Pedro Uczai poderia fazer essa análise agora, a fim de começarmos a deliberar, porque senão começaremos a jogar para frente todos os projetos e como estamos chegando ao final do ano, a pauta vai ficar inchada nos últimos dias.

Eu faço esse apelo ao deputado Pedro Uczai, porque já houve entendimento sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado, a matéria está retirada de pauta - e é uma deliberação da Presidência - e vai ser votada amanhã. Não há por que não termos mais um dia de prazo, se já houve uma longa espera pela matéria.

Então, a matéria está retirada de pauta e retornará amanhã para ser votada em primeira e segunda votação e em sede de redação final. Assim, não haverá atraso nenhum em relação à sua tramitação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, mesmo que v.exa. já tenha

determinado, uma vez que já ouviu a opinião de todos os líderes que, evidentemente, concordam com sua opinião de deixar para a sessão de amanhã a votação, devo dizer que esse projeto, que é uma vontade do governo, dependia de um entendimento das partes interessadas, ou seja, de um entendimento político melhor com relação à prefeitura de Balneário Camboriú.

Já existe esse entendimento, de forma que o projeto está, tanto do ponto de vista legislativo quanto político, apto para ser votado.

Como será amanhã, nós não fazemos nenhum óbice, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A matéria está retirada de pauta.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, eu apenas queria dizer ao deputado Serafim Venzon que esse acordo a que chegaram o governo do estado e a prefeitura de Balneário Camboriú ensejou, inclusive, a pacificação entre o ex-deputado Edson Piriquito e o vice-governador Leonel Pavan. Nada como o Poder Legislativo estar trabalhando de comum acordo, pois o projeto é muito importante para o turismo daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0013/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Oceanografia - Aoccano -, com sede no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0282/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Pescadores da Beira-Mar de São José, com sede no município de São José.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0300/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que declara de utilidade pública a Associação Folclórica Alevanta Meu Boi, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0303/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública a Associação Hospitalar de Tunápolis, com sede no município de Tunápolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0387/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Palmital, com sede no município de Garuru.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0455/2009, de autoria do deputado Vânio dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Baiacu de Alguém, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0459/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública a Associação Rainha da Paz - ARPL -, com sede no município de Lages.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0466/2009, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Região do Banco Redondo - Conseban -, com sede e foro no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0469/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen, que declara de utilidade pública o Instituto de Políticas Públicas e Sociais - IPPS -, com sede no município de Imaruí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0481/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação Ambientalista Pimentão, de Laurentino.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0497/2009, de autoria do deputado Edison Andriano, que declara de utilidade pública a Associação Instituto Movimento, do município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero fazer aqui dois registros. O primeiro é sobre essa multifaceta de entidades que estamos apoiando aqui. Como é interessante isso! Nós aprovamos aqui a Associação Folclórica Alevanta meu Boi, a Associação Cultural Baiacu de Alguém, o Conselho Comunitário da Região do Banco Redondo, a Associação Ambientalista Pimentão, mas eu acho, deputado Gelson Merísio, que isso é algo regional e que é a riqueza, com certeza, da nossa cultura.

E faço também um convite a todos os srs. deputados, a todos que nos estão assistindo e a todos que estão aqui no plenário para comparecerem amanhã, das 12h30 até as 13h, ao recital de Natal, a realizar-se no plenarinho da Casa, com harpas. Eu estarei tocando harpa.

Então, todos os srs. deputados estão convidados a participar deste momento da Casa, o recital de Natal, ao som de harpas paraguaiás, sendo que eu e meu irmão estaremos tocando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A harpa é paraguaia, mas toca direitinho, não é, deputado Kennedy Nunes!

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0117/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que reconhece o município de Presidente Getúlio como promotor das edições da Expofeira Estadual do Leite.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0151/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a remessa de carta com aviso de recebimento (AR) aos candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0363/2008, de autoria do Darci de Matos, que dispõe sobre a criação da Campanha Economizar Energia, a Lição de Sabedoria, nas escolas públicas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado, com o voto do deputado Marcos Vieira.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0368/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que dispõe sobre a transferência simbólica da capital do estado de Santa Catarina para o município de São Francisco do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, seria possível v.exa. explicar melhor este projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sr. deputado, passarei a ler o artigo do projeto. A explicação cabe ao autor.

(Passa a ler.)

"Art. 1º. A Capital do Estado de Santa Catarina será transferida, simbolicamente, para o município de São Francisco do Sul, todo dia 11 do mês de agosto, marco da criação da Capitania de Santa Catarina.

Parágrafo único. As solenidades e atos oficiais realizados na data de que trata o *caput*, deverão resgatar a história da criação da Capitania, especialmente os fatos históricos respeitantes aos primeiros habitantes, com destaque à colonização, etnias, contendas e cultura."[sic]

Basicamente, é uma homenagem ao município de São Francisco do Sul no aniversário da capitania de Santa Catarina e por isso se transfere, simbolicamente, nesse dia, a capital do estado.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, será dia 11 de agosto do ano que vem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Será no dia 11 de agosto de todos os anos, que é o aniversário das capitanias. Isso é o que prevê o projeto de lei.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, sou suspeito para falar porque minha mãe nasceu em São Francisco do Sul, já morei naquele município e tenho um amor especial por aquela cidade.

Por isso, quero deixar registrado o meu voto a favor dessa proposição do deputado Jorginho Mello.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada vai-se manifestar favoravelmente ao projeto. Também tenho um irmão e uma irmã que moram em São Francisco do Sul. E somos favorável também por essa relação da história de Santa Catarina com São Francisco do Sul. Porém, quando falam dos primeiros habitantes, essa informação não procede, uma vez que Santa Catarina tinha milhares de habitantes antes dessa data e antes de São Francisco do Sul. Ou seja, havia dezenas de comunidades se organizando cultural, econômica, religiosa e politicamente e todos os museus de todos os municípios constataam isso.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, São Francisco do Sul é hoje uma cidade importante do ponto de vista histórico, mas não tem recebido os olhares das instituições do setor turístico tanto do governo federal quanto do governo do estado.

Eu acredito que a aprovação deste projeto de lei será uma oportunidade importante para que olhem para aquela região e ajudem-na a desenvolver o lado histórico, o lado turístico, o lado econômico, pela importância que tem o seu porto, a sua gente e a sua história.

O PSDB vota "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência registra a presença do secretário de Governo de Chapecó, Eron Giordani ex-servidor desta Casa, ex-chefe-de-gabinete do então deputado Paulinho Bornhausen, que está acompanhando a nossa sessão. Seja bem-vindo a esta Casa!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quero saudar o Eron Giordani. Muito obrigado pela visita! Esta Casa o recebe de braços abertos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0390/2009, de autoria do deputado Valmir Comin, que altera o art. 1º da Lei n. 14.325, de 2008 (execução do Hino Nacional Brasileiro e de Santa Catarina).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de registrar, com satisfação, a presença neste plenário do jovem presidente da Câmara Municipal de Rio Negrinho, vereador Júlio César Ronconi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o registro, deputado!

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0412/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen, que institui o Dia Estadual da Pesca no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, para discutir.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de pedir o apoio dos srs. deputados para este projeto, que é importante porque marca, em Santa Catarina, um dia para que os nossos pescadores e maricultores possam comemorar e todos possam lembrar desses bravos catarinenses.

É um reconhecimento também ao trabalho do nosso deputado Círio Vandresen, que teve uma passagem rápida por esta Casa, é verdade, mas cuja presença foi marcante entre nós.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, para discutir.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, apenas quero dizer que o dia 29 de junho foi escolhido como o Dia do Pescador, em âmbito estadual, porque os pescadores comemoram nessa data o Dia de São Pedro. Assim, nesse dia algumas comunidades já comemoram religiosamente e agora poderão comemorar de forma oficial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0460/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen, que altera dispositivos da Lei n. 13.848, de 2006, que autoriza a instituição da Política Estadual do Livro.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0790/2009, 0791/2009, 0792/2009, 0794/2009, 0801/2009, 0802/2009 e 0804/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0793/2009, 0807/2009, 0808/2009, 0809/2009, 0810/2009, 0811/2009, 0812/2009, 0813/2009 e 0814/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; 0795/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0796/2009 e 0818/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0803/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0805/2009 e 0815/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; e 0806/2009, 0816/2009 e 0817/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.837/2009, 1.838/2009, 1.839/2009, 1.840/2009, 1.841/2009, 1.842/2009, 1.843/2009, 1.844/2009, 1.845/2009, 1.846/2009, 1.847/2009 e 1.848/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1.850/2009, 1.908/2009 e 1.909/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.851/2009, 1.852/2009, 1.853/2009, 1.854/2009, 1.855/2009, 1.856/2009, 1.857/2009, 1.858/2009, 1.859/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.860/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 1.861/2009, 1.894/2009, 1.895/2009, 1.896/2009 e 1.897/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.862/2009, 1.890/2009 e 1.891/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.863/2009, 1.879/2009 e 1.907/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.864/2009, 1.865/2009, 1.866/2009, 1.867/2009, 1.868/2009, 1.869/2009, 1.870/2009, 1.871/2009, 1.889/2009, 1.902/2009, 1.903/2009, 1.904/2009, 1.905/2009 e 1.906/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.872/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; 1.873/2009, de autoria do deputado Gelson

Merísio; 1.875/2009, 1.876/2009, 1.877/2009 e 1.878/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.880/2009, 1.881/2009, 1.888/2009, 1.900/2009 e 1.901/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.883/2009, 1.884/2009, 1.885/2009, 1.886/2009 e 1.898/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.893/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; e 1.899/2009, de autoria da deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, o Requerimento n. 1.901/2009 é endereçado ao prefeito, ao vice-prefeito e ao secretário de Saúde de Quilombo, pela conquista do primeiro lugar na avaliação de atenção básica à saúde no estado de Santa Catarina.

Então, quero fazer esse reconhecimento àquele município, a toda a equipe da área da Saúde, como também ao secretário Neuri Brunetto, que vem fazendo seu trabalho com muita seriedade, conseguindo essa conquista para o nosso estado com relação a esse programa de saúde.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com a aquiescência do deputado Dirceu Dresch, sr. presidente, gostaria de subscrever este requerimento também, parabenizando a comunidade de Quilombo, principalmente a secretaria da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do deputado Dirceu Dresch, o Requerimento n. 1.901/2009 será subscreto também pelo deputado Pedro Uczai.

Requerimento n. 1.849/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional e à comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, pedindo a reformulação do Projeto de Lei n. 7.703/2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.874/2009 de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Fórum Parlamentar Catarinense, ao engenheiro Roberto de Albuquerque Guedes da Luz e ao coordenador-geral da ANTT, encarecendo estudos para a construção de obras de segurança para pedestres nos trechos urbanos em Araquari, Guarimirim e São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.882/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao

presidente da TIM, pedindo a instalação de telefonia móvel no centro do município de Dona Emma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.887/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores da Anatel, da Oi, da GVT, da Claro, da TIM e da Vivo, pedindo a implantação do sistema de telefonia móvel, internet, telefonia convencional e telefones públicos no bairro da Velha, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.892/2009, de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Fazenda, no sentido de que providências sejam tomadas objetivando o controle da importação da cebola, observando os critérios estabelecidos pelo ministério da Agricultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0243/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao governador do estado, aos secretários da Fazenda, do Turismo, Cultura e Esporte, e à presidente da Fundação Catarinense de Cultura, solicitando apoio à execução dos projetos do edital Elisabete Anderle de estímulo à cultura e dos projetos dos pontos de cultura e apelando para que sejam tomadas as providências para o repasse dos recursos financeiros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0244/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao reitor da UFSC, apelando para que seja feita a reavaliação dos cursos a serem oferecidos no *campus* de Joinville, e, se necessário, a realização de uma audiência pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0245/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, a ser enviada ao presidente da República, à ministra-chefe da Casa Civil e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio à Moção n. 0008/2009, da Câmara de Vereadores de São

Cristóvão do Sul, referente à extensão da ferrovia de Itajaí a Chapecó, passando por Curitibaanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, acho que isso está claro e já foi tomada a decisão, mas o que abunda não atrapalha.

A ferrovia de Itajaí a Chapecó passará por Curitibaanos indo até Dionísio Cerqueira. Já fiz essa observação aqui até porque a comunidade de Chapecó até a fronteira com o Mercosul também será contemplada com o projeto de viabilidade técnica e econômica.

Então, gostaria de sugerir ao deputado Giancarlo Tomelin que coloque na sua moção que a ferrovia irá até a fronteira com a Argentina, para que não parem nem dúvida nem questionamento da comunidade do extremo oeste.

Quem sabe o deputado Giancarlo Tomelin não tenha tanto apoio e base social lá no oeste, mas é importante que isso fique registrado até em respeito ao que já foi deliberado pela Frente Parlamentar das Ferrovias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O deputado Giancarlo Tomelin juntamente com o deputado Marcos Vieira têm sido presenças constantes no oeste, deputado Pedro Uczai. Constante!

Continua em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, considerando que estamos com menos de 50% dos srs. deputados nesta sessão, peço que v.exa. deixe os pedidos de informação para serem deliberados amanhã, no momento em que o quórum esteja mais elevado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - V.Exa., regimentalmente, pode pedir verificação de quórum. No entanto, solicito a v.exa. que possamos continuar com as votações, até porque as matérias estão-se acumulando. Além disso, houve entendimento acerca das matérias que seriam retiradas da pauta.

Mas, como eu disse, é regimental v.exa. pedir verificação de quórum. E se não houver quórum, encerro todas as votações neste momento, porque não se pode...

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Mas não seria a última votação de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não, nós temos ainda três pedidos de informação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Nós deixaríamos esses três pedidos de informação por último. Se v.exa. tiver alguma outra situação para colocar em votação, podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - As matérias podem não ser

votadas por acordo de líderes ou por falta de quórum.

Eu quero saber se v.exas. querem fazer a verificação de quórum ou se proponho um acordo de líderes para que as matérias sejam retiradas. Se v.exa., deputado Serafim Venzon, quer que não sejam votadas, terá que fazer um requerimento para solicitar verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, eu faço um requerimento solicitando verificação de quórum, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Será feita a verificação de quórum, neste momento, no painel eletrônico.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA presente

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR presente

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DIRCEU DRESCH presente

DEPUTADO EDISON ANDRINO presente

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO presente

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS presente

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO KENNEDY NUNES presente

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MÓACIR SOPELSA presente

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI presente

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO presente

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO REGO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON presente

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

presente

DEPUTADO SERAFIM VENZON presente

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS

Colho o resultado.

Estão presentes 13 srs. deputados.

Não há quórum para deliberação.

Por isso, as matérias da pauta deixam de ser votadas.

Srs. deputados, mesmo com a presença registrada dos deputados Nilson Gonçalves, Vânio dos Santos e Darci de Matos não temos quórum para deliberação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só fico pensando qual será o motivo pelo qual o deputado Serafim Venzon, líder do PSDB, pede verificação de quórum, quando justamente vai-se deliberar sobre um pedido de informação relacionado a uma revista que está sendo espalhada pelas escolas de Santa Catarina, cujo conteúdo está sendo questionado.

Eu vejo, deputado líder do PSDB, que v.exa. está querendo prejudicar o exercício da

função de um parlamentar que é o de pedir informações. Já assisti a esse filme nesta Casa várias vezes e espero que a bancada governista, pelo menos, garanta o quórum qualificado, porque ontem tivemos uma sessão e daqui a pouco teremos outra e o líder do governo estava preocupado, pois não se podia votar nada na quinta-feira, uma vez que não havia quórum. O governo tem maioria, mas se não é a Oposição dar quórum, nada acontece!

Então, faço um pedido aos deputados governistas que, pelo menos, estejam aqui quando formos votar matérias de interesse do governo. Agora, é só começar, na Ordem do Dia, a deliberação sobre os pedidos de informação que começam a mostrar que o governo está querendo esconder alguma coisa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, penso que é um direito regimental o líder do PSDB solicitar de verificação de quórum. Agora, nós, da bancada da Oposição, é que temos dado quórum. Na semana passada e na retrasada, inclusive, fomos nós que garantimos o quórum para que o governo pudesse aprovar importantes matérias nesta Casa. Mas quando surge um pedido de informação, a base do governo pede verificação de quórum, deputado Kennedy Nunes!

Amanhã haverá mensagens de veto para votar; na semana que vem haverá projetos importantes, um pacote do governo. Vamos exercer o direito regimental de não dar quórum, de não fazer mais acordo com o governo, porque não permitir a votação de um pedido de informação é um absurdo! Ou o governo está escondendo algo ou não constrói acordos com a Oposição quando não lhe interessa.

Nós, da Oposição, temos votado grande parte das matérias mesmo quando interessam ao governo. Então, quero encaminhar uma proposta aos líderes da Oposição, deputado Sílvio Dreveck, do PP, deputado Dirceu Dresch, do PT, e demais parlamentares, no sentido de construirmos outra tática de votação neste plenário e não mais aceitar acordo com a Situação, porque quando o governo precisa, quando interessa, pede verificação de quórum.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, pedi verificação de quórum porque acho que o momento da votação das indicações, das moções e dos pedidos de informação é um momento muito importante para discutir, para enaltecer a atividade de cada parlamentar, as atividades, digamos, dos órgãos públicos, sejam estaduais, municipais ou federais. Além disso, é uma oportunidade que temos para sugerir que votem "sim" ou "não" às matérias. Pedido de informação é uma matéria tão importante quanto uma moção ou uma indicação.

Por isso, no meu entendimento, tem que haver quórum. Eu não sei por que os demais deputados não estão aqui, mas, como líder do PSDB, digo que a maioria dos deputados do nosso partido está aqui para votar. Na verdade, nenhuma indicação, moção ou requerimento deveria ser votado. Eu não me ative ao quórum reduzido naquela ocasião, por isso é que pedi, neste momento, verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência explica que havia quórum para deliberação anteriormente, pois o registro das presenças é superior ao quórum mínimo necessário. Ocorre que depois os deputados se retiraram do plenário e é regimental e compreensível que o façam, quando do seu interesse. No entanto, todos tiveram a oportunidade de deliberar sobre as matérias. Estavam aqui quando foram deliberadas, com o quórum legal para deliberação. Nenhuma matéria foi deliberada sem o quórum necessário.

O Sr. Deputado Elizeu Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, só para esclarecer ao deputado Pedro Uczai que deliberamos as matérias corriqueiras. Nenhum de nós é contra aprovar pedido de informação. Nós temos deliberado sobre esse tipo de matéria, inclusive fornecendo as informações no ato do pedido, o que já aconteceu aqui.

Agora, se houve um pedido de verificação de quórum do deputado Serafim Venzon, nada impede que deliberemos amanhã, porque também teremos votação. Houve o pedido e nós - essa é a minha posição - votaremos favorável ao pedido de informação, deputado Pedro Uczai, porque o governo não tem medo de nada, nem deseja esconder coisa alguma. A bancada da base do governo vai votar favorável ao pedido de informação. Ninguém está escondendo nada aqui, como foi insinuado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar os muitos vereadores que estão nesta Casa, em nome do vereador Julio Cesar Ronconi, presidente da Câmara Municipal de Rio Negrinho; do vereador Nilton Gráff, o Baixinho, de Mondai; e do vereador Lorival Dionisio Demathê, o Loll, de Guaraciaba.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Agora sim, com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, é uma satisfação mais uma vez usar esta tribuna para trazer alguns temas de interesse deste Parlamento.

Acompanhamos atentamente a discussão da lei de municipalização do ensino fundamental e temos procurado conversar com prefeitos e vereadores pelos municípios por onde temos passado. Hoje mesmo, neste Parlamento, quando o debate mais uma vez veio à tona, não só na audiência pública, mas nas intervenções dos srs. deputados, tive a oportunidade de ler, de forma demorada e cuidadosa, o projeto de lei de municipalização do ensino fundamental, que foi encaminhado a esta Casa pelo governo do estado.

É necessário esclarecer todos os nossos radiouvintes, os nossos telespectadores, aqueles que nos acompanham nesta

Casa, que antes de tudo trata-se de um projeto de lei que tem previsão constitucional. Está prevista na Constituição essa perspectiva de transição do estado para os municípios do ensino fundamental. O projeto propõe também criar 220 mil vagas no estado de Santa Catarina no ensino médio, o que é extremamente meritório.

É claro que entendemos que há divergências e há também preocupações, inclusive por parte deste parlamentar, no que diz respeito à questão dos nossos servidores públicos. Mas é preciso que a comunidade catarinense saiba que esse é um projeto opcional, isto é, permite que o estado faça, assim como permite ao município esse processo de municipalização.

Por tudo isso, entendemos que o município está apto e pode fazer tão bem quanto o estado o processo de ensino fundamental. Tenho uma filha que estuda em uma escola pública municipal em Blumenau e tem um nível de qualidade excelente no processo de ensino/aprendizagem.

O que precisamos de fato, neste momento, é que o projeto chegue a esta Casa e que haja ainda uma ampla negociação com a Undime, com a Fecam, com os nossos servidores públicos, com a sociedade catarinense, para que o estado de Santa Catarina tenha um nível de qualidade de ensino ainda melhor, com muito mais excelência.

Eu gostaria, sr. presidente e srs. deputados, de trazer também à tona, nesta Casa, o debate sobre a duplicação da BR-470. Assim como o deputado Jean Kuhlmann, nós temos ocupado, por inúmeras vezes, esta tribuna para falar sobre essa temática. E faço-o hoje porque mais uma vez os jornais, em especial a mídia do vale do Itajaí, trouxeram à tona o retrocesso naquilo que já foi conquistado e na expectativa existente para o ano de 2010 do início da duplicação da BR-470.

Neste final de semana ocorreram mais três mortes, sendo duas por atropelamento. Ocorreram 1.009 mortes nesses últimos dez anos naquela BR. E eu diria que agora a burocracia, ironicamente falando, está atropelando a duplicação da BR-470. São 74km, de Navegantes até Indaial, que estavam previstos para o início de 2010 e que foram postergados para o início de 2011. O DNIT, infelizmente, não está cumprindo os prazos estabelecidos. Faltam pelo menos dois estudos: o EIA - Estudo de Impacto Ambiental - e, é claro, o projeto executivo.

É verdade que o projeto de viabilidade técnica e econômica já foi entregue há 30 dias, mas isso não é suficiente, pois agora está sendo apresentado um novo cronograma de conclusão daquela obra para 2013. Está, portanto, no mínimo, com uma década de atraso.

Mas nós vamos continuar, desta tribuna, fazendo a nossa pressão, cobrando do DNIT os projetos (o EIA e o projeto executivo), para que, de uma vez por todas, tenhamos solução para a duplicação da BR-470.

Quero fazer também, nesta tarde, srs. parlamentares, com muita satisfação, a apresentação de mais uma obra de minha autoria que acabei de publicar na última sexta-feira, *O Nascimento de uma Nação*, que é o meu 45º livro que trata da história de Israel.

Eu já havia produzido esse texto há muito tempo, cerca de cinco anos, e agora a Editora Nova Letra, de Blumenau, está publicando-o. E é com muito carinho que quero fazer chegar às mãos dos parlamentares desta Casa essa obra.

Esse livro trata, em síntese, de um estudo extrabíblico, mas também bíblico, sobre o nascimento da nação de Israel, até a sua chegada ao nível, ao *status*, de estado

moderno, em 1948, e procuro estabelecer alguns parâmetros, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que gosta muito de história e tem compartilhado conosco, em especial, a história da América Latina. Busco, nesse pequeno tratado, traçar alguns erros e alguns acertos da nação de Israel como povo, como civilização, como cultura, procurando aprender com esses erros e com esses acertos algumas lições para a nossa caminhada. E trato, da mesma forma, do conflito árabe-israelense.

Srs. deputados, espero estar contribuindo um pouco mais com a cultura catarinense ao publicar mais essa obra: *O Nascimento de uma Nação*.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, quero registrar a importante visita, nesta Casa, do prefeito Helio Cesar Wendt, de Itaipópolis, do PMDB; do presidente da Câmara de Vereadores, Alcides Nieckarz, do PSB; da vereadora Maria Gorretti, do PMDB; do vice-presidente do PMDB, Francisco Adolfo Pinotti.

Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Apenas quero anunciar, com muito prazer, a visita, nesta Casa, do vereador Nadir Baú da Silva, do PP do município de Tangará, que foi vereador várias vezes. Ele vem acompanhado de seu assessor Márcio Meyer, para tratar de assuntos da educação e buscar soluções, como bom vereador atuante, para aquele município.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, eu senti, durante os anos de vida política, especialmente quando fui prefeito de Araranguá, o sentimento de algumas pessoas, pois até o meu mandato nunca aquele município havia participado dos Jogos Abertos de Santa Catarina. E nós, que temos um espírito esportista, quando ganhamos a eleição, assumimos a prefeitura e logo contratamos quatro professores de Educação Física e depois mais um, totalizando cinco profissionais. Dessa forma passamos a participar dos Jogos Abertos de Santa Catarina, marcando presença no primeiro ano e já no segundo ano conquistando a medalha de ouro nos 100m, com a Jussara, e nos 400m, com a Jucelei. Além disso, a cada ano que passava ficávamos mais fortes.

Nós, que gostamos de esporte, sabemos a sensação de bem-estar que a sua prática traz, assim como salientamos a importância da prática do esporte no município, na região e no estado.

Acompanhamos de perto os 49º Jogos Abertos de Santa Catarina, realizados em Chapecó, e vimos que a cidade viveu um clima de confraternização de talentos, de superação através do esporte, por meio daqueles atletas que lá estavam representando seus municípios. Vimos que Blumenau até certa altura, quando estava já realizada 60% da competição, ocupava o primeiro lugar, seguida de Joinville e de Florianópolis, que conta com a colaboração, na administração municipal, de três grandes amigos nossos, que

marcaram a história desses 49º Jogos Abertos de Santa Catarina, numa virada espetacular.

Meus amigos, Florianópolis é campeã dos 49º Jogos Abertos de Santa Catarina! Com certeza o prefeito Dário Berger deve estar muito feliz porque a sua equipe se sagrou campeã, mas temos que cumprimentar o secretário municipal de Esporte, Cultura e Turismo, Mário Cavallazzi, grande amigo deste Parlamento, grande amigo nosso; e o superintendente da Fundação de Esportes, Édio Manoel Pereira, grande talento, um grande homem que tem uma visão muito boa na área do esporte que foi uma peça fundamental.

Eu acho que isso consagra aqueles que têm espírito de luta, pois o esporte é vida. A RBS lançou a campanha contra o crack e nós sabemos que o esporte tira o jovem da droga, do vício, do mau caminho. Por isso torcemos, vibramos e comemoramos, em momentos como esse, quando acontece uma grande disputa em busca do título de campeão.

A tabela final de pontos ficou assim: Florianópolis em primeiro lugar, com 205 pontos, sagrando-se campeã dos 49º Jogos Abertos de Santa Catarina; Blumenau em segundo lugar, com 171 pontos, como vice-campeã; em terceiro ficou Chapecó, com 158 pontos; em quarto, Joinville, com 141 pontos, em quinto, Concórdia, com 88 pontos; e em sexto, Itajaí, com 70 pontos.

A capital conquistou 16 troféus, sendo 12 de primeiro lugar: remo; ginástica rítmica; ciclismo; tiro/armas curtas; tênis masculino; caratê masculino; tênis mesa masculino; tênis mesa feminino; natação masculina; futsal masculino; vôlei de praia masculino; triatlo feminino; três de segundo lugar: atletismo masculino, natação feminina e tiro ao prato; e um de terceiro lugar, caratê feminino.

Quero aqui cumprimentar esse incansável baluarte que é o Édio Manoel Pereira, pessoa de grande visão, um grande esportista, que faz história no esporte do nosso estado. Com certeza ele ainda está vibrando, porque trazer um título numa disputa acirrada é uma alegria, uma satisfação para todos nós.

Quero cumprimentar o prefeito Dário Berger pela sua visão, pelo seu investimento em todas as áreas, mas, principalmente, pelo investimento no esporte. Quero cumprimentar também o secretário Mário Cavallazzi, por ter dado condições ao Édio de renovar as ações, de buscar os atletas talentosos e que talvez não estivessem sendo valorizados. Essas três pessoas fizeram a diferença, pois deram oportunidade e condições para que os atletas pudessem brilhar e trazer o título de campeã dos 49º Jogos Abertos de Santa Catarina de 2009 para a nossa capital.

Quero cumprimentar novamente o superintendente da Fundação Municipal de Esportes da capital e dizer que ele é um homem que podemos utilizar em grandes cargos em nosso estado, nas entidades de Santa Catarina, pois não podemos desperdiçar o seu talento em defesa do esporte e dos atletas catarinenses.

Eu me sinto orgulhoso e honrado em saber que um grande amigo conquistou um título para a nossa capital, que foi a campeã dos 49º Jogos Abertos de Santa Catarina.

Parabéns, Édio Manoel Pereira!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Elizeu Mattos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal.

(Pausa)

Na ausência do deputado José Natal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Vânio dos Santos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Vânio dos Santos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andriano.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edison Andriano, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, srs. deputados, a nossa saudação, como homem de ciência manifestei-me nesta Casa dezenas de vezes a favor das pesquisas com células tronco, quando alguns setores conservadores entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal visando suspendê-las.

Portanto, como homem de ciência, eu queria que todos os catarinenses tomassem conhecimento, com atraso, sim, porque isso atrasou mais de dois anos, da pesquisa que eu entendo como a mais séria relacionada à saúde, que é a biofísica. Não restam dúvidas de que os físicos, quando trabalharam e descobriram o DNA, a ciência, os remédios, a cura, e o pensamento, mudaram completamente o mundo, a partir de 1958.

O governo federal e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente com seus parceiros, lançaram a primeira fábrica de células tronco do país. O objetivo é distribuir linhagens dessas células para centros de pesquisa brasileiros, para que futuros testes de laboratório e, com sorte, de terapia celular em pessoas sejam padronizados e tenham um resultado mais confiável.

Olhem como o mundo avança: o Lance, Laboratório Nacional de Células Tronco Embrionárias, fabricará a linhagem de células embrionárias humanas famosas por sua versatilidade quase ilimitada, que podem assumir a função de qualquer tecido do organismo adulto. Essa é uma grande vantagem na questão do diabetes, mal que está assolando a humanidade; na questão das doenças cardiovasculares, enfim, são muitas as doenças que podem ser tratadas por essas células tronco, que possuem, como aqui foi muito bem colocado, uma versatilidade quase ilimitada, podendo reconstruir órgãos, parte de órgãos e funções de qualquer tecido do organismo adulto. Portanto, parabéns pela pesquisa.

Mas o que mais me chama a atenção é que foram gastos para implantar esse laboratório, que vai alimentar os demais laboratórios de pesquisas de cada universidade, seja nas nossas universidades comunitárias, particulares, na Udesc, na UFSC, estadual ou federal, somente R\$ 4 milhões, deputado Pedro Uczai! E esse investimento é muito útil ao povo brasileiro e à humanidade, porque hoje, quando uma experiência dá certo, principalmente na ciência, num determinado lugar, dará certo também em qualquer outro lugar do mundo. E isso poderá beneficiar a humanidade em termos de saúde, em termos de qualidade de vida. A isso de replicar, que é a palavra mais utilizada na questão da globalização, na questão da comunicação e da informática.

Portanto, temos que parabenizar sempre que a ciência é contemplada pela política pública. Isso é fazer política pública na ciência e na pesquisa, algo que o Brasil tanto precisa.

Sra. presidente e srs. deputados, faltam somente seis dias para o grande encontro de mudanças climáticas que ocorrerá em Copenhague, que também está relacionado à ciência, mais especificamente à redução do dióxido de carbono, às novas tecnologias para produção de energias limpas, à pesquisa da tecnologia de novas alternativas mecânicas, novas

tecnologias de semicondutores eletroeletrônicos, como, por exemplo, o carro elétrico, o carro de hidrogênio e tantas outras formas de produzir energia, democratizando essa energia, porque a energia solar só tem sentido em cada residência, em cada conjunto habitacional, através da democratização da utilização dessa energia.

O homem é dono, com o seu computador, com o seu celular, da comunicação. Não existe mais cortina de ferro, não existe mais quem proíba que o conhecimento seja transmitido. Ele está no ar, vai além das quatro paredes das nossas salas de aula. A questão do novo homem, da comunicação, só funciona, e está funcionando, porque temos democracia.

O novo homem será dono também da energia, pela pesquisa, pela ciência. Queremos um homem muito mais sábio na compreensão da humanidade, na proteção da nossa Terra, do nosso meio ambiente, sendo dono da comunicação e da ciência. Por isso, vale a pena lutar e fazer política, nunca esquecendo o viés da ciência.

O Brasil poderia ser o grande beneficiado não de forma voluntária, mas porque o Brasil está reconsiderando que daqui até o dia 7 de dezembro muitos fatos ocorrerão. Até próprio presidente Barack Obama em dois dias mudou de posição, de maneira vinculante, com propostas concretas em relação a 1990. O Brasil, de acordo com o Protocolo de Kyoto, poderia ter metas vinculantes! O Brasil poderia liderar esse processo, eis que o art. 4º do Protocolo de Kyoto libera todas as patentes científicas de que o Brasil tanto precisa.

Durante muitos anos esquecemos da pesquisa, mas agora poderemos ser um país que terá liberdade e independência. Todos no mundo salvar-se-ão se estiverem juntos, quando caírem

as patentes, pois não serão mais cobrados *royalties*, o que levará os países em desenvolvimento a uma tecnologia melhor em saúde, em educação, em transporte e em tantos outros setores. Em contrapartida, o Brasil ajudaria dando mais oxigênio, reduzindo suas emissões de dióxido de carbono, como um país bem localizado no mapa geográfico da Terra, que pode receber grande quantidade de sol e produzir o etanol como medida compensativa.

É dentro dessa forma de desenvolvimento que o Brasil, pela potencialidade que apresenta, deveria estar liderando o processo. E espero que lá em Copenhague o Brasil lidere essa questão de que todos se salvarão juntos, mostrando que seu governo é fraterno, é um governo pelo qual sempre lutamos, é um governo humanitário. Assim, os países desenvolvidos poderiam ceder naquilo que é óbvio, porque não há como segurar o conhecimento, pois mais cedo ou mais tarde ele se difunde. Por que dificultar aos países do terceiro mundo o acesso às descobertas científicas, à tecnologia?

E cito aqui até um exemplo: as maçãs vieram para Santa Catarina lá do Japão, através de um convênio com a Jica - Japan International Cooperation Agency. Hoje, Santa Catarina exporta maçã muito mais do que o Japão, produz uma maçã de melhor qualidade e poderia levar essa tecnologia para outros países da América Latina, para ajudar no seu desenvolvimento.

Então, também temos que cooperar com os países vizinhos porque já fomos ajudados. Só dessa forma é que entendo que vale a pena fazer política e lutar por ela, ou seja, quando há cooperação, solidariedade, fraternidade e interação.

Sra. presidente, estamos vivendo momentos importantes no mundo e esse evento

de Copenhague, sem sombra de dúvida, será o encontro mais importante, no meu ponto de vista, sem exagerar, que a humanidade já teve.

Muito obrigado, sra. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Parabéns, deputado Professor Grando, realmente v.exa. é um mestre.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu quero aproveitar a oportunidade, neste minuto que v.exa. me concede, para dizer, como presidente da Frente Parlamentar da Cultura, que houve, na semana passada, a Conferência Estadual da Cultura. No dia de amanhã, às 11h - e convido todos os deputados desta Casa -, vamos realizar nesta Assembleia Legislativa a reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura Catarinense e Brasileira. Vários agentes e produtores culturais vão estar presentes na parte da manhã, para essa reunião importante.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Siderópolis, em homenagem ao cinquentenário da primeira eleição municipal.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 13:45 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às treze horas e quarenta e cinco minutos do dia onze do mês de novembro do ano de dois mil e nove, reuniram-se, sob a Presidência da Deputada Ana Paula Lima, os Deputados: Kennedy Nunes, Ismael dos Santos, Rogério Mendonça, Genésio Goulart. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação a Ata da 3ª Reunião Extraordinária, do dia vinte e oito de outubro, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida a Presidente, relatou o PL./0280.1/2009, que foi aprovado por unanimidade, o *Deputado Kennedy Nunes*, relatou os projetos da *Deputada Professora Odete de Jesus*: PL./0322.5/2009 e PL./0220.0/2008, ambos aprovados por unanimidade, em seguida o *Deputado Ismael dos Santos*, relatou o PL./0375.7/2009 e OF./0340.3/2009, aprovados por unanimidade; o *Deputado Rogério Mendonça*, relatou os OF./0341.42/2009 e OF./0343.6/2009, aprovados por unanimidade e, relatou os projetos do *Deputado José Natal Pereira*, PL./0229.9/2009, o *Deputado Kennedy Nunes*, solicitou vistas e, os PL./0212.0/2009 e OF./0346.9/2009, todos aprovados por unanimidade. Em deliberações a Presidente leu requerimento do *Deputado Sargento Amauri Soares*, solicitando uma visita dos membros da desta Comissão no Hospital da Polícia Militar Lara Ribas, em discussão ficou acertado, para a próxima reunião, às onze horas fazer uma visita ao Hospital Lara Ribas; em seguida colocou em discussão a proposta de Criação de um Grupo de Trabalho, para tratar da Tortura no Sistema Prisional de SC, composto por diversos representantes: Comissão Segurança Pública da Alesc, Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, Comissão de Assuntos Prisionais da OAB/SC, CNBB/Pastoral Carcerária, Comitê de Combate a Tortura em SC, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fpolis, Comissão de Direitos Humanos do CRP-12ª Região, Comissão de

Direitos Humanos do CRESS, MNDH-Movimento Nacional de Direitos Humanos e AACRIMESC - Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de Santa Catarina, que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 2009.

Deputada Ana Paula Lima

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas do dia primeiro de dezembro de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: deputada Profª Odete de Jesus, José Natal Pereira, Renato Hinnig, Darci de Matos, Elizeu Matos, em substituição ao deputado Manoel Mota, Kennedy Nunes e o deputado Silvio Dreveck. O Presidente abriu os trabalhos colocando em votação a ata da primeira reunião extraordinária, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente colocou o voto vista a MPV./160/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o voto do relator. Na sequência, chegou à reunião o deputado Kennedy Nunes, para apresentar o seu voto vista concedido na reunião extraordinária do dia trinta de novembro. O Presidente Marcos Vieira comunicou aos dois deputados, que já havia ocorrido à discussão e votação da Medida Provisória e que o voto vista dos membros foi favorável ao parecer do relator. Essa informação causou estranheza aos dois deputados. O Presidente, tinha concedido vista coletiva a todos os deputados, e explicitou da necessidade de antecipar a reunião extraordinária para discutir o projeto, marcando uma extraordinária, para terça-feira às dezessete horas, pois o projeto deve retornar a Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que recebeu Substitutivo Global e o prazo final para apreciação da Medida Provisória se extingue no dia sete de dezembro, próxima segunda-feira, quando não há Sessão Plenária. O Presidente, antes do término da reunião, solicitou a sua assessoria que providenciasse uma cópia da gravação da reunião para

o deputado Kennedy Nunes. O Presidente encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Da qual, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em primeiro de dezembro de dois mil e nove.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dois de dezembro de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: deputada Profª Odete de Jesus, José Natal Pereira, Vanio dos Santos, deputado Elizeu Matos, em substituição ao deputado Manoel Mota, Renato Hinnig, Sílvio Dreveck, Darci de Matos e o deputado Kennedy Nunes. Visitou a Comissão, o senhor vereador Odir Nunes da Silva, também estavam presentes os senhores Iburí Fernandes e Agostinho Luiz Schochetti, representantes dos aposentados de Concórdia. Em seguida, o Presidente colocou em votação a Ata da 34ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra a deputada Profª Odete de Jesus, que relatou o PLC./0011.0/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado José Natal Pereira relatou o PLC./0031.3/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o deputado Renato Hinnig relatou o PL./0510.7/2009, em discussão, foi solicitado vista em gabinete ao deputado Vanio dos Santos. O deputado Manoel Mota relatou o PLC./0052.8/2009, em discussão, foi solicitado vista em gabinete aos deputados: Renato Hinnig e ao deputado Lício Mauro da Silveira. O Presidente, com a palavra, relatou o PL./0372.4/2009, que é a revisão do Plano Plurianual para o período dois mil e dez- dois mil e onze, leu seu parecer conclusivo, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também, o Projeto de Resolução 0020/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguindo, o deputado Darci de Matos relatou o PL./0403.5/2009, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de dois mil e dez, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Solicitou a palavra, o deputado Vanio dos Santos, para formular um convite para os seus pares para uma Sessão Solene à Caixa Econômica Federal pelos cento e cinquenta anos, às vinte horas. O Presidente encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos, da qual, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em dois de dezembro de dois mil e nove.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia primeiro de dezembro de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Segunda Reunião Extraordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Manoel Mota, José Natal Pereira - representando o Deputado Giancarlo Tomelin, Dirceu Dresch, Elizeu Mattos e Sílvio Dreveck - representando o Deputado Joares Ponticelli. O senhor Presidente leu o Ofício nº 652/2009, comunicando a ausência do Deputado Jean Kuhlmann por estar impossibilitado de participar da reunião. Colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente colocou em discussão e votação os Projetos de Lei Complementar nºs 0036.8/2009, de autoria do Governador do Estado, que "Altera dispositivo da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual". Parecer do Deputado Manoel Mota, que obteve aprovação por maioria dos votos; 0054.0/2009, de autoria do Governador do Estado, que "Cria o quadro de cargos e provimento efetivo do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO/SC". Parecer favorável do Deputado Manoel Mota, que foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 0205.1/2009, Relator Deputado Elizeu Mattos; 0206.2/2009, Relator Deputado Elizeu Mattos; 0224.4/2009, Relator Deputado Manoel Mota; 0347.3/2009, Relator Deputado Manoel Mota; 0441.0/2009, Relator Deputado Giancarlo Tomelin; 0444.3/2009, Relator Deputado Giancarlo Tomelin; 0446.5/2009, Relator Deputado Manoel Mota; 0448.7/2009, Relator Jean Kuhlmann; 0470.5/2009, Relator Deputado Giancarlo Tomelin; 0485.1/2009, Relator Deputado Dirceu Dresch - todos aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0313.0/2009, Relator Deputado Jean Kuhlmann; 0335.6/2009,

Relator Deputado Joares Ponticelli; 0349.1/2009, Relator Deputado Jean Kuhlmann; 0350.5/2009, Relator Deputado Giancarlo Tomelin - com pareceres aprovados por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata. Após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Manoel Mota

Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 183/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 0017/2009, de 01/12/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Fornecedores/Prestadores de Serviço: Diversos

OBJETO: **Assinaturas de periódicos tais como revistas, jornais, encartes, informativos, publicações e boletins impressos ou eletrônicos, que serão adquiridos no decorrer do ano de 2010 para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.**

VALOR MÉDIO: R\$ 129.836,40 (cento e vinte e nove mil oitocentos e trinta e seis reais e quarenta centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: caput do art. 25 e inciso II, parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0083/2009

Florianópolis, 01 de dezembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 184/2009

REFERENTE: Contrato CL nº 026/2009-00, celebrado em 01/10/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos, termos da proposta da Contratada da Ata de Registro de Preços e descrição a seguir:

1 25 (vinte e cinco) microcomputador com monitor LCD marca Positivo Informática, modelo POS-AT SERIES D (DMF) ao preço unitário de R\$ 2.123,00 (dois mil, cento e vinte e três reais), totalizando o valor de R\$ 53.075,00 (cinquenta e três mil e setenta e cinco reais);

2 30 (trinta) monitores, modelo L1742P marca Positivo Informática, modelo L1742P com tela de 17", resolução de 1280 x 1024, padrão não WideScreen, com Pixel Pitch de 0,264mm com certificação Energy Star e com a marca do fabricante do equipamento ao preço unitário de 505,00 (quinhentos e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 15.150,00 (quinze mil, cento e cinquenta reais).

VALOR: R\$ 68.225,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 023/2009; Ata de Registro de Preços nº 027/2009; Autorização para aquisição por Registro de Preço nº 01052/2009-REG. Florianópolis, 1 de DEZEMBRO de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

Gerson Luiz Appel - Positivo Informática S.A.

*** X X X ***

OFÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício nº 288/09/GABS/DIOR Florianópolis, 20 de novembro de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor

Luiz Henrique da Silveira

Digníssimo Governador do Estado de Santa Catarina

Nesta

Excelentíssimo Senhor Governador,

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, está tramitando na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Projeto de Lei nº 372/2009 da Revisão do Plano Plurianual para o período 2010-2011, e bem como, o Projeto de Lei Orçamentária nº 0.403.5/2009 que trata dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento para 2010, ambos tratando de matérias de cunho Constitucional.

A empresa SC Parcerias solicita a realização das alterações no plano plurianual e no orçamento de investimento para 2010.

Portanto, sugerimos a V.Exª. o envio de Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, propondo emenda aos projetos de revisão do PPA e da Lei Orçamentária Anual para 2010, com as seguintes alterações:

PROPOSTA DE EMENDAS

1. Projeto de Lei nº 372/2009 da Revisão do Plano Plurianual para o período 2010-2011

1 - EMENDAS CORRETIVAS

AÇÃO 0851 - De: PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EMPRESAS SPE
Para: PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EMPRESAS E FUNDOS
AÇÃO 0504 - De: SC 478/474 TERRAPL/PAVIM/OAE/SUPERVISÃO TIMBÓ GRANDE - SC - 135
Para: SC 478/474 TERRAPL/PAVIM/OAE/SUPERVISÃO TIMBÓ GRANDE - SC - 303

2 - EMENDAS DE ALTERAÇÃO**REDUZIR**

SUBAÇÃO 1051 - IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA 280 - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 19.999.000,00 (dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil reais)

SUBAÇÃO 10044 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)
SUBAÇÃO 10052 - IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA INTERPRAIAS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110

VALOR: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

ACRESCENTAR

SUBAÇÃO 10349 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM FUNDOS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 10.999.000,00 (dez milhões, novecentos e noventa e nove mil reais)

SUBAÇÃO 10043 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EMPRESAS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)

SUBAÇÃO 6591 - ESTUDO VIABILIDADE ACESSO AEROPORTO FLORIANÓPOLIS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)

2. Projeto de Lei Orçamentária nº 0.403.5/2009 que trata dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento para 2010**1 - EMENDAS CORRETIVAS**

AÇÃO 0851 - De: PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EMPRESAS SPE
Para: PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EMPRESAS E FUNDOS
AÇÃO 0504 - De: SC 478/474 TERRAPL/PAVIM/OAE/SUPERVISÃO TIMBÓ GRANDE - SC - 135
Para: SC 478/474 TERRAPL/PAVIM/OAE/SUPERVISÃO TIMBÓ GRANDE - SC - 303

2 - EMENDAS DE ALTERAÇÃO**REDUZIR**

SUBAÇÃO 1051 - IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA 280 - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 19.999.000,00 (dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil reais)

SUBAÇÃO 10044 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)
SUBAÇÃO 10052 - IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA INTERPRAIAS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110

VALOR: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

ACRESCENTAR

SUBAÇÃO 10349 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM FUNDOS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 10.999.000,00 (dez milhões, novecentos e noventa e nove mil reais)

SUBAÇÃO 10043 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EMPRESAS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)

SUBAÇÃO 6591 - ESTUDO VIABILIDADE ACESSO AEROPORTO FLORIANÓPOLIS - SC PARCERIAS
NATUREZA: 44.90
FONTE: 6110
VALOR: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)

Respeitosamente,

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

ANEXO DISPONÍVEL EM LINK

www.alesc.sc.gov.br

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2202, de 03 de dezembro de 2009.**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0757/07,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora VERA LUCIA CARDOSO, matrícula nº 1600, fazendo constar como sendo **VERA LUCIA CARDOSO DAMASCO**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florianópolis/SC.
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2203, de 03 de dezembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 050/2009:

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	
2170	José das Neves Filho	

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2204, de 03 de dezembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2186/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **JORGE MACUCO JUNIOR**, matrícula nº 2851, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 9% (nove por cento), totalizando 9% (nove por cento), a contar de 16 de novembro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 586/09**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica, de Lages.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica, com sede no município de Lages.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades;
II- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 03/12/09

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica, com sede no município de Lages, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, esportivo, cultural e filantrópico, de duração indeterminada, que tem por finalidade precípua lutar pelo bem comum em todos os seus aspectos, integrar a comunidade por meio de reuniões culturais e desportivas, promover o acesso da criança à iniciação ou atividades culturais e desportivas, dentre outros de interesse público.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 587/09

Isenta os templos religiosos do pagamento de ICMS incidente sobre consumo de energia elétrica e água.

Art. 1º Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, incidente sobre o consumo de energia elétrica e água, os templos religiosos estabelecidos no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único: São definidas, para efeito da isenção, as contas relativas a imóveis ocupados por igrejas ou templos de qualquer culto devidamente registrados e reconhecidos pela autoridade competente através do alvará de funcionamento.

Art. 2º Nas hipóteses em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar através de contrato de locação ou comodato devidamente registrado ou, ainda, da justificativa de posse judicial.

Art. 3º Os responsáveis pelos templos e igrejas deverão requerer, junto às empresas prestadoras de serviços, a isenção a que tem direito.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/09

JUSTIFICATIVA

A isenção do pagamento do ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica e água pelos templos religiosos é uma medida que vai contribuir para a manutenção e desenvolvimento dessas instituições, bem como beneficiar a sociedade que as utilizam, pois é notório que muitas dessas instituições prestam inúmeros serviços sociais que contemplam uma boa parte da população do Estado.

Ademais, é importante ressaltar que essas organizações encontram inúmeros obstáculos para o seu desenvolvimento e crescimento, através da busca de recursos e essa isenção iria contribuir para suprir os fundos suficientes e necessários para a execução de suas atividades sociais.

Portanto, requeremos o apoio dos Poderes para aprovar e garantir benefícios para a nossa sociedade.

Sala de Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 588/09

Declara de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Educação, Esporte, Lazer e Meio Ambiente, de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Educação, Esporte, Lazer e Meio Ambiente - lacem, com sede no município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/09

JUSTIFICATIVA

Levo ao conhecimento dos Senhores Deputados o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Educação, Esporte, Lazer e Meio Ambiente, com sede no município de Joinville.

Trata-se de entidade sem fins econômicos e que visa, entre outros objetivos, apoiar e desenvolver ações que visem à educação, e ao alcance social, esportivo, artístico-cultural e beneficente, que sirvam

ao interesse da coletividade, através de ações e projetos visando a qualificação profissional do trabalhador da comunidade, promoção da ética, da paz, da assistência social, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, promoção do voluntariado e da cultura, e defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública proporcionará melhores condições de trabalho à entidade, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 589/09

Declara de utilidade pública o Instituto Avai Futebol Clube, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Avai Futebol Clube, com sede no município Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei, que tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Avai Futebol Clube.

O Instituto Avai é uma entidade sem fins lucrativos, com sede no município de Florianópolis, fundada em 20 de janeiro de 2005. É uma entidade, que tem por finalidade apoiar e desenvolver ações de promoção desportiva, cultural, educacional e inclusão social, buscando preservar o potencial de jovens e adolescentes, da comunidade do Sul da Ilha. Busca, ainda, à educação, o alcance social e beneficente, visando o interesse da coletividade, sem qualquer distinção de nacionalidade, sexo, credo político ou religioso, raça, cor, ou qualquer forma de discriminação.

A Instituição possui o registro como Sociedade Civil de Interesse Público, através do Ministério da Justiça, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e, conforme processo MJ nº 08071.000466/2006-87 e Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2006. Possui, ainda, o registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Florianópolis, sob o nº 070 A/2007, de 12 de dezembro de 2007.

Assim, para dar continuidade a essas ações, faz-se necessário que o Instituto Avai, seja beneficiado com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO Nº 010, de 3 de dezembro de 2009**

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 314,61 (trezentos e quatorze reais e sessenta e um centavos)."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2009.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 3 de dezembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***